



Contraponto

JORNAL LABORATÓRIO DO CURSO DE JORNALISMO

Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes – PUC-SP



Editorial

O meio esportivo, que sempre foi dominado por homens, vem contando com a crescente presença feminina. Seja praticando, narrando, comentando e até noticiando, elas seguem mostrando que o seu lugar também pode ser no esporte. Enfrentar diariamente o machismo, o assédio e a desigualdade de gênero são algumas das lutas que as mulheres encaram, mas juntas elas seguem ocupando esse ambiente que as pertencem e dão cartão vermelho a todos que tentam impedir esse avanço.

No jornalismo esportivo, a realidade não é diferente. Em 2024, presenciamos uma grande cobertura jornalística feminina na Olimpíada de Paris, seja na televisão ou nas mídias sociais. Na edição dos últimos Jogos, a igualdade de gênero entre os atletas era uma promessa do Comitê Olímpico Internacional (COI), mas, infelizmente, não foi atingida, porque algumas modalidades não seguiram a meta explicitada pelo comitê. No entanto, isso não foi um impeditivo, porque as nossas jornalistas ocuparam as bancadas e ligaram seus microfones para contar as grandes histórias de Paris 2024.

As atletas brasileiras que trouxeram 12 das 20 medalhas conquistadas pelo nosso país na competição nos inspiram, mas nossas narradoras, comentaristas, repórteres, redatoras e muitas outras que ficam nos bastidores de cada transmissão também. Todas mostram à nova geração que esse lugar também é ocupado por mulheres, além de darem visibilidade aos esportes praticados pelas atletas.

Que possamos ver novas Renata Fan, Glenda Kozlowski, Fernanda Gentil, Luciana Mariano, Estella Gomes, Renata Silveira, Natalie Gedra ocupando esse lugar, pois mesmo driblando os desafios, ainda não é o apito final. O jogo segue e a luta também.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

Reitora Maria Amália Pie Abib Andery

Vice-Reitora Angela Brambilla Lessa

Pró-Reitor de Pós-Graduação Márcio Alves da Fonseca

Pró-Reitora de Graduação Alexandra Fogli Serpa Geraldini

Pró-Reitora de Planejamento e Avaliação Acadêmicos Márcia Flaire Pedroza

Pró-Reitora de Educação Continuada Altair Cadrobbi Pupo

Pró-Reitora de Cultura e Relações Comunitárias Mônica de Melo

Chefe de Gabinete Mariangela Belfiore Wanderley

FACULDADE DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES (FAFICLA)

Diretor Fabio Cypriano

Diretora Adjunta Priscila Almeida Cunha Arantes

Chefe do Departamento de Comunicação MiSaki Tanaka

Vice-chefe do Departamento de Comunicação Vânia Penafieri de Farias

Coordenador do Curso de Jornalismo Diogo de Hollanda

Vice-coordenador do Curso de Jornalismo Fábio Fernandes

EXPEDIENTE CONTRAPONTO

Editora Responsável Anna Flávia Feldmann

Editora Assistente Giuliana Zanin

Secretário de Redação João Curi

Fotografia Lídia Rodrigues de Castro Alves

Mídias Sociais Ana Pires e Romulo Santana

Assistente de Produção Rafaela Reis Serra

Editorias

Artes e Cultura Amanda Furniel

Economia Leonardo de Sá

Entretenimento Thainara Sabrine

Esportes Nathalia de Moura

Internacional Pedro Bairo

Moda Gabriela Jacometto

Política Beatriz Barbosa e

Khauan Wood

Ambiental Vítor Nhoatto

Cidades Annanda Deusdará

Internacional Khauan Wood

Revisão Beatriz Loss, Beatriz Vasconcelos, Isabela Gama, Júlia Zuin, Juliana Sousa, Laura Naito, Michelle Batista Gonçalves, Vanessa Orcioli

Ombudsman Vanessa Oliveira

Comitê Laboratorial Cristiano Burmester, Diogo de Hollanda, Fabio Cypriano, José Arbex Jr. (licença), Maria Angela Di Sessa e Pollyana Ferrari

Fotografias de capa Afp, Christophe Archambault, Cob, Gaspar Nobrega/Cob, Jack Guez/Afp, Odd Andersen/Afp, Paul Ellis/Afp, William Lucas/Cob. Montagem: Aline Bullara

Projeto e diagramação Aline Bullara

Contraponto é o jornal-laboratório do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Rua Monte Alegre 984 – Perdizes

CEP 05014-901 – São Paulo/SP

Fone (11) 3670-8205

Ed. Número 141 – Setembro/Outubro de 2024

Política

Diferença entre pesquisas eleitorais levanta desconfiança	4
Qual seria o futuro das escolas cívico-militares de São Paulo?	5



© Renato Pizzuto/Band e Divulgação/Aleap

Cidades

18 anos após a criação da Lei Maria da Penha – como o Brasil enfrenta a violência contra a mulher	6
Moradores lutam pela preservação da memória do Bixiga	8

Ensaio fotográfico

Memórias do Saracura	9
----------------------------	---

Internacional

Governo Milei: rompimentos e caprichos marcam primeiros meses de mandato	10
Na Venezuela, Maduro alcança terceiro mandato consecutivo em eleições contestadas	12
Kamala Harris pode ser a primeira mulher a ocupar o Salão Oval na Casa Branca	13

Esportes



© Gustavo Aleixo/Cruzeiro

Entre avanços e desafios: o crescimento da cobertura feminina no futebol	14
Investimentos desiguais e a ascensão de modalidades: o novo cenário do esporte	16
Criminalidade nas torcidas: a influência da violência organizada no futebol brasileiro ..	18
Entenda como as SAFs mudaram a realidade de gigantes do futebol brasileiro	20
Símbolo da supremacia branca aparece nas Olimpíadas de Paris	22

Ensaio fotográfico

Da quebrada pro mundo	23
-----------------------------	----



© Maria Eduarda Jussian

Cultura e comportamento

Incêndio que destruiu o TUCA, símbolo da PUC-SP, completa 40 anos	24
As entraves e conquistas que marcam as leis de incentivo ao cinema no Brasil	25
Como a recessão econômica nos EUA altera a sonoridade da música pop	26
Na fila: acervo de discos da PUC-SP espera sua vez na playlist de prioridades	28
“Mas eu não sou um artista. Talvez um artista com a minúsculo”	30
Filme “É Assim que Acaba” se perde no convencionalismo hollywoodiano	32
Em Pinheiros, o restaurante Gael Comida Mestiça ganha pelo ambiente aconchegante	33

Diferença entre pesquisas eleitorais levanta desconfiança

Descubra o que há por trás da divergência dos documentos e como a falta da divulgação da metodologia gera dúvidas entre os eleitores

Por Artur Maciel, Clara Dell'Armeline e Oliver Santiago

As pesquisas sobre a intenção de voto para prefeito de São Paulo feitas pela Atlas Intel e pelo Datafolha, no período de fevereiro a outubro, apresentaram diferença de até dez pontos nos resultados de Guilherme Boulos (PSOL) e Ricardo Nunes (MDB). No levantamento dos dias 2 a 7 de agosto, o candidato do PSOL aparece na Atlas Intel com 33%, enquanto o atual prefeito do MDB está com 25%. Já no Datafolha, o cenário se inverte: Nunes está com 23% e Bolos com 22%, gerando dúvidas sobre a veracidade dos levantamentos.

No Brasil, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) regula as pesquisas eleitorais por meio da Resolução nº 23.727/2024, que estabelece regras para a realização e a divulgação dessas buscas. “O artigo define que qualquer pesquisa eleitoral que tenha o objetivo de medir a opinião pública durante as eleições deve ser registrada previamente junto ao TSE”, explica João Guedes-Neto, Ph.D. em Ciência Política pela Universidade de Pittsburgh.

Com isso, cada instituição deve trazer o registro completo, incluindo o período de realização da pesquisa, o tamanho da amostra, a margem de erro, o nível de confiança, o público-alvo, metodologia empregada e nome do contratante, mesmo que não haja um método específico para a pesquisa. Guedes-Neto ressalta que os registros estão disponíveis para livre acesso no site do TSE. “Essa transparência permite discussões públicas sobre a forma com que cada instituto conduziu seus surveys (questionários), abrindo espaço para o escrutínio e a avaliação crítica dos métodos utilizados”.

Sobre o público selecionado para a amostra, não há um número padrão de pessoas a serem entrevistadas. Cada pesquisa tem variações em tamanho e detalhamento conforme o objetivo da pesquisa, o instituto que está realizando, a demanda de quem a encomendou e a abrangência daquilo que está sendo pesquisado. Segundo o doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, Eduardo Viveiros de Freitas, “a quantidade de indivíduos pesquisados nos diversos nichos sociais muda e é um detalhe que muitas vezes passa despercebido do público e pode levar a distorções nos resultados”.

Viveiros acrescenta que há diversas justificativas, como o período da ida a campo, eventos inesperados e a diferença no modo da pesquisa. João Guedes-Neto também



Os candidatos mais votados nas pesquisas: Guilherme Boulos (PSOL) e Ricardo Nunes (MDB)

relata que a pesquisa face-a-face geralmente incorre com mais frequência no chamado “viés por desejabilidade social”. Ou seja, o entrevistado responde aquilo que acha mais desejável para o entrevistador e não o que realmente pensa.

Por isso, em uma amostra pequena, há o risco de incluir um número desproporcional de pessoas cujas opiniões diferem da média. Da mesma forma, uma amostra grande (como o do Datafolha), embora de maior precisão, torna a pesquisa mais cara e complexa. “Quanto maior o número de grupos sociais escolhidos, mais difícil se torna atingir a quota, e isso acaba por encarecer a pesquisa”, explica o cientista político. “Em contraponto, diminuir faz com que a pesquisa fique mais barata, mas também menos precisa”.

A seleção de quem compõe a amostra busca garantir a representatividade da população, considerando critérios como a faixa etária, o gênero, a localização geográfica, a religião, o nível de escolaridade etc. Esses fatores ajudam a assegurar que todos os segmentos da população eleitoral estão representados na pesquisa, evitando distorcer os resultados.

Assim, o pesquisador deve determinar os parâmetros a se utilizar para garantir representatividade. Por exemplo, ao definir uma distribuição representativa por renda, região geográfica, gênero e raça, o caminho seria identificar no último censo a distribuição de cada um desses grupos e definir, dentro da amostragem total, uma quota (número mínimo de respondentes) para cada grupo.

Contudo, desde o último censo, os números podem ter mudado. Nesse caso, cada instituto de pesquisa precisa estimar qual a distribuição atual da população brasileira, e isso pode levar às diferenças

nas respostas. A escolha desses grupos e o tamanho da amostra condicionam a discussão “precisão vs orçamento”. O tamanho da amostra deve ser suficiente para que possa ser generalizado como um todo.

Esse problema é minimizado nas pesquisas pela internet, em que o entrevistado e o entrevistador não fazem contato direto, sendo obtidas por meio de propagandas realizadas nas redes sociais para recrutar pessoas interessadas. Isso cria um tipo de seleção em que pessoas com determi-

nado perfil terão maior propensão de se voluntariar para responder.

A pesquisa por telefone também tem seus próprios problemas, já que são poucas as que atendem e menos ainda as que desejam responder. Mais uma vez, há um viés de seleção. De acordo com Guedes-Neto, é natural que essas diferenças causem incertezas no eleitorado, e essa é a razão pela qual as pesquisas são vistas como tendenciosas.

Em 1983, o sociólogo Reginaldo Prandi foi um dos fundadores do Instituto DataFolha do jornal Folha de S. Paulo, e desenvolveu a metodologia de pesquisa aplicada nas eleições. Prandi foi professor de Eduardo Viveiros um ano antes e o ex-aluno compartilhou que testaram a metodologia na eleição para governador de 1982 e as estimativas bateram com a realidade eleitoral da época.

Porém, o hoje especialista comenta que a metodologia, o instituto, os pesquisadores e o próprio jornal passaram por mudanças significativas, inclusive políticas. “[Foram] acertos e erros crassos, o que me leva a concordar com o falecido Paulo Henrique Amorim: ‘pesquisas há para todos os gostos’ – e acréscimo desejos e delírios”, analisa Viveiros.

As eleições municipais deste ano, em São Paulo, destacam-se principalmente pela disputa agressiva entre os concorrentes ao cargo para a Prefeitura. A democratização do acesso aos levantamentos se faz importante neste processo eleitoral, uma vez que a maior cidade da América Latina se torna palco do confronto entre as bases eleitorais de partidos diversos, e a desinformação vira uma arma que afeta os eleitores e a visibilidade de pesquisas eleitorais, como o Datafolha e o Atlas Intel.

© Renato Pizzuto/Band e Divulgação/Aleap

Qual seria o futuro das escolas cívico-militares de São Paulo?

Para educador, esse sistema desestimula o pensamento crítico e reforça a hierarquização

Por Isabela Fabiana, Kyle Accioli e Rafael Luz Assis

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), de Decreto 10.004/2019, surgiu em 2019 sob as mãos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), conhecido por defender a educação militarizada. Desde 2022, foram criadas 223 escolas cívico-militares, de acordo com dados do MEC. Para Claudio Fonseca, professor da rede pública, “essa ideologia visa aniquilar o que há de mais belo no processo de ensino e aprendizagem: o diálogo como forma de construção de conhecimento.”

O Pecim é dividido em trabalhos pedagógicos lecionados pelos professores, responsáveis por acompanhar o plano de ensino, e o monitoramento dos policiais militares, que ensinam civismo e disciplina aos alunos. A programação sugere que os estados elaborem suas próprias leis para a implantação do projeto cívico-militar.

No estado de São Paulo, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) sancionou, em maio, o projeto de implantação deste modelo de ensino. Antes da votação do projeto na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), ao menos sete estudantes foram detidos após invadirem o plenário.

Vitore do Nascimento, estudante secundarista, militante da JPL (Juventude Pátria Livre) e diretor executivo da UMES (União Municipal Dos Estudantes Secundaristas), disse em entrevista ao **Contraponto** que o projeto foi aprovado há “ferro e fogo”. “Os estudantes foram se manifestar contra de forma pacífica, e foram recebidos como em escolas militares: com violência, com agressão e com opressão”, destacou.

O deputado estadual de São Paulo, Danilo Balas (PL), faz parte do grupo de conservadores que apoiam a implementação do Pecim. Formado na Academia de Polícia Militar do Barro Branco e ex-agente da Polícia Federal, Balas solicitou ao governo do estado a adoção do modelo

cívico militar em uma escola estadual do município de Araras, interior paulista. “Queremos, sim, essa instituição que tem educadores, e não doutrinadores (referência aos professores)”, afirmou em um vídeo publicado em seu site.

O projeto de inserção militar nas escolas não é novidade

Essa não é a primeira vez em que o Brasil mistura as atribuições do que é cívico com o militar. Claro que a Ditadura Militar por si só já é uma distorção das atribuições militares, mas a educação sofreu mais de um golpe.

No dia 12 de setembro de 1969, no auge da censura, os ministros do Exército, Aeronáutica e Marinha, junta militar que governou o Brasil após o afastamento do presidente Arthur Costa e Silva por doença, determinaram a Educação Moral e Cívica obrigatória, “como disciplina e prática educativa nas escolas”. O Decreto-Lei 869, garantia “preservação do espírito religioso sob a inspiração de Deus”, culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições e patriotismo na ação construtiva, visando ao bem comum.”

O movimento estudantil foi visceralmente contra a elaboração do projeto e pouco ouvido. Vitore indagou: “preparar a pessoa para ser um civil e militar ao mesmo tempo? Não tem como! O cidadão preza, em tese, pela pluralidade de ideias e pela liberdade de expressão”. Ele reafirmou que a escola tradicional não é igual a um quartel que forma um militar para seguir regras.

Apesar do Governo alegar que os militares não estarão comprometidos com as tarefas pedagógicas, o projeto atual praticamente remonta o modelo ditatorial de 60 anos atrás. Policiais estarem legalmente dentro da escola para ministrar disciplinas e atividades, a maioria desassociada ao civismo e aproximando o ambiente educacional de um exército.

As escolas cívico-militares vão contra um pilar fundamental da educação, o diálogo, que neste projeto está sujeito à disciplina, hierarquização e obediência. A comunicação entre o educador e o estudante envolve o “método de conhecer e não um método para ensinar”, que nascida



O governador Tarcísio de Freitas assinou no Palácio dos Bandeirantes, a lei que institui o Programa Escola Cívico-Militar na rede paulista de ensino

do educador Paulo Freire, acredita que professor e aluno são sujeitos de mesmo grau na construção do conhecimento, ou seja, não há uma hierarquia.

Para Fonseca, o filósofo teria o papel de incentivar a criação de um pensamento emancipador. “Paulo Freire não é um programa. Ele faz parte de um processo histórico em que o trabalhador, o pobre, o retirante, o periférico se veem como potentes para mudar sua história a partir da leitura do mundo”, destacou.

Em 21 de Julho de 2023, o atual presidente, Lula (PT), revogou o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares junto ao Ministério da Educação, dando 30 dias para encerramento das atividades. Algumas das razões apresentadas para o fim do programa foram a falta de coerência do PACIM com o sistema educacional brasileiro, o desvio da finalidade das forças armadas e gastos que poderiam ser utilizados em frentes prioritárias do Ministério da Educação. No estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu a lei que permite a implantação do projeto.

A petição chegou após o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo alegar que as escolas cívico-militares são inconstitucionais. Em nota, “o governo paulista desconhece os princípios do direito à educação que rezam a igualdade ao acesso à educação, por força da norma constitucional e alinhamento a convenções internacionais, ter direito às mesmas oportunidades de acesso e permanência a escolas em condições equitativas de funcionamento.”

O Ministério da Educação informou, em nota, que essa decisão está em processo de transição para o encerramento das atividades do Programa, por meio de pactuação realizada com as secretarias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A medida será discutida entre os governos e prefeituras. Os próximos passos do plano de encerramento realizado pelo MEC será votado pelo o congresso e os estados, em procura de definir o futuro das escolas cívico- militares.



© Marcelo Camargo/Agência Brasil

Escolas cívico-militares implantadas por Pecim

18 anos após a criação da Lei Maria da Penha – como o Brasil enfrenta a violência contra a mulher

Apesar dos avanços legislativos desde a criação da Lei, o país enfrenta recordes alarmantes de feminicídio e violência sexual

Por Amanda Furniel, Annanda Deusdará, Isabelle Maieru e Isabelle Rodrigues

A Lei Maria da Penha sancionada em 2006 completou 18 anos no último mês de agosto, é considerada um marco na defesa dos direitos das mulheres. Quase duas décadas depois, os números de violência contra mulher no Brasil são pouco animadores, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, houve crescimento exponencial de 5%, de todos os tipos de violência contra mulheres e meninas no último ano, sendo Violência Doméstica e Abuso, os dois maiores casos.

O relatório feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revela também que o número de estupros no país cresceu 6,5% em relação ao ano anterior. Ao todo, foram 83.988 casos registrados, o que representa um estupro a cada 6 minutos no Brasil. O dado supera o maior número da série histórica alcançado em 2011. O perfil das vítimas são meninas negras de até 13 anos.

Conforme os dados da Secretaria de Segurança Pública, os crimes de feminicídio cresceram 11% no estado de São Paulo entre janeiro e novembro de 2023, atingindo o número de 221 vítimas mortas por serem mulheres.

Formas de violência e serviços de combate

O movimento feminista, ao longo das décadas, desempenhou um papel crucial na criação e legitimação de legislações específicas contra a violência de gênero, um exemplo dessa luta é a criação da Lei Maria da Penha, no qual a vítima demorou 20 anos para conseguir que seu agressor fosse preso. Com o avanço das tecnologias digitais, a violência contra as mulheres passou a ser classificada em seis tipos distintos: física, psicológica, moral patrimonial.

Segundo aos artigo 7º da Lei 11.340/2016:

- Violência física é entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher;
- Violência psicológica é considerada qualquer conduta que: cause dano emocional e diminuição da autoestima; prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher; ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões;
- Violência moral é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria;
- Violência patrimonial considera qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores

e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. Violência sexual: Trata-se de qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força. A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que uma em cada três mulheres globalmente já sofreu esse tipo de violência;

- A violência psicológica, muitas vezes despercebida, envolve humilhação e controle emocional;
- A violência econômica refere-se ao controle financeiro das mulheres, limitando sua autonomia;

Leis e medidas contra a violência

Após a conquista de criminalizar as agressões e desenvolver medidas de assistência, a lei definiu a violência doméstica e familiar como violação dos direitos humanos.

Nessa mesma linha, nos anos seguintes à promulgação da Lei Maria da Penha, novas legislações foram implementadas para abordar diferentes aspectos da violência. A Lei do Minuto Seguinte (12.845/2013) garante atendimento gratuito a vítimas de violência sexual no Sistema Único de Saúde (SUS); a Lei Joana Maranhão (12.650/2015) prorroga os prazos de prescrição para abusos sexuais de crianças e adolescentes e a Lei do Feminicídio (13.104/2015) classifica o assassinato de mulheres por questões de gênero como um crime hediondo, adjetivo que o qualifica por causar repulsa por sua natureza sendo inafiançável.

Com o aumento do uso da internet, as formas de violência também passaram a acontecer no meio digital, sendo necessário criar novas leis de proteção nesse ambiente. A Lei Carolina Dieckmann (12.737/2012) foi a primeira a abordar infrações digitais no Código Penal e a Lei Rosa Leonel (13.772/2018) criminaliza o registro não autorizado de conteúdo íntimo nas redes.

O reconhecimento da opressão feminina enquanto um problema social promove uma proteção atenta e necessária para uma Justiça efetiva. As particularidades nos crimes cometidos precedem futuras medidas legais para a proteção dessa população.

Caminho a se seguir

Os desafios persistem e vão muito além das tipificações adequadas dos crimes contra a dignidade feminina. Os números não diminuíram e reforçam a

necessidade de fortalecer continuamente a luta em defesa das mulheres. Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDCH), a violência contra as mulheres foi o principal tipo praticado em 2023, seguido das agressões contra crianças e adolescentes e pessoas idosas.

Para frear essas violações, é necessária uma colaboração mais elaborada e integrada com os governos, organizações civis, setor privado e entidades internacionais. Com o fortalecimento de políticas públicas, serviços de apoio imediato e campanhas de conscientização criando enfim um ciclo de segurança efetivo.

Em entrevista ao Contraponto, Alexandre Rocha, promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, defende a necessidade de um sistema amplo de proteção. “O direito passou a ser menos de papel e mais real, não adianta ter na lei um sistema de proteção se não existir equipamentos públicos básicos para isso”, afirma o advogado.

A tecnologia também pode, e deve, ser uma aliada. Aplicativos e plataformas digitais, como a ONG Marias da Internet, oferecem suporte e informações às vítimas, além de facilitar a comunicação com os órgãos de defesa e o registro de provas.

O fortalecimento e manutenção de tais medidas, além do treinamento adequado para policiais e autoridades judiciais são fundamentais para garantir uma justiça e proteção de fato às vítimas. Uma das consequências da capacitação desses profissionais, consiste na transferência imediata da vítima em caso de risco a vida.

De acordo com um estudo do Instituto Sou da Paz, o número de feminicídios causados por armas de fogo no primeiro semestre passou de 14 casos em 2023 para 27 neste ano. Esse aumento reflete a



Assinatura do Pacto Ninguém se cala, que prevê ações preventivas e de combate à cultura do assédio e da violência contra a mulher em eventos e no ambiente de trabalho

recente política de flexibilização do acesso à posse e porte de armas. Para Alexandre Rocha, era natural que isso acontecesse. “As vítimas vulneráveis são as principais atingidas quando se tem uma política sem preparo”, reforça.

Leis estaduais x federais

Além das leis vigentes em todo o país, a proteção da mulher ocorre também em nível estadual, adaptando-as às realidades locais. A diferença principal entre as esferas se dá pelo alcance de suas ações. As de âmbito federal são mais abrangentes e universais, enquanto as estaduais visam atender particularidades locais e fortalecer a aplicação das normas gerais.

Exemplos de medidas específicas são a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), centros de referência e atendimento e campanhas educativas. Além de legislações próprias para detalhar a aplicação das leis federais, programas de treinamento e protocolos de atendimento de emergência.

Neste ano, o atual governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, congelou verbas de todas os setores, com destaque para a Secretaria da Mulher, o contingenciamento representou de forma geral 4% do valor total de 2024 (R\$13,6 bilhões), o maior desde 2011. Após a decisão do governo, a pasta teve um corte representativo de 51% (R\$10 milhões) dos gastos públicos no setor e passou a ser o segundo menor no orçamento público.

O valor bloqueado, de R\$5 milhões para cada, era destinado aos programas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e Parcerias para Empreendedorismo e Autonomia Financeira da Mulher. Enquanto isso, o restante do valor (R\$10,4 milhões) era para manter o funcionamento do órgão.

O acesso às leis por diferentes recortes

O acesso das mulheres às leis de proteção contra a violência varia significativamente de acordo com a renda, escolaridade e região. Mulheres de diferentes classes sociais enfrentam obstáculos distintos para acessar esses direitos e serviços de proteção. Além disso, em locais mais afastados, a rede de proteção pode ser afetada e inefetiva.

Segundo os dados do MDCH, dos 115.044 casos denunciados, 48.623 a vítima era não branca. Para mulheres de classes sociais mais altas, o acesso costuma ser facilitado por uma série de fatores, como maior acesso a informações sobre direitos, possibilidade de contratar advogados particulares e acesso a redes de apoio privadas, incluindo serviços de saúde, psicólogos e abrigos seguros. Essas mulheres tendem a ter mais autonomia financeira e mobilidade, o que lhes permite buscar proteção legal de forma mais rápida e eficaz.

Isso é observado através da pesquisa “Viver em SP Mulher”, realizada em 2020 pela Rede Nossa São Paulo em parceria com o Ibope, ela mostra que a percepção do aumento da violência contra a mulher varia conforme a renda familiar. Entre aquelas que recebem até cinco salários mínimos, 61% relatam sentir o impacto da falta de segurança na cidade. Já entre as que vivem nas classes D e E, esse número sobe para 85%.

Por outro lado, mulheres de classes sociais mais baixas enfrentam maiores desafios para acessar esses direitos. A falta de informações sobre as leis, o medo de represálias do agressor, a dependência econômica e a falta de uma rede de proteção familiar são obstáculos comuns. Muitas vezes essas vivem em áreas onde os serviços de apoio são limitados ou inexistentes, como em regiões rurais ou periferias urbanas, com falta de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e profissionais capacitados.

Os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro têm os maiores índices registrados de violência contra a mulher, sendo também os maiores pólos populacionais e econômicos, com respectivamente 26.119 e 19.519 casos denunciados. Em média 125 denúncias por dia.

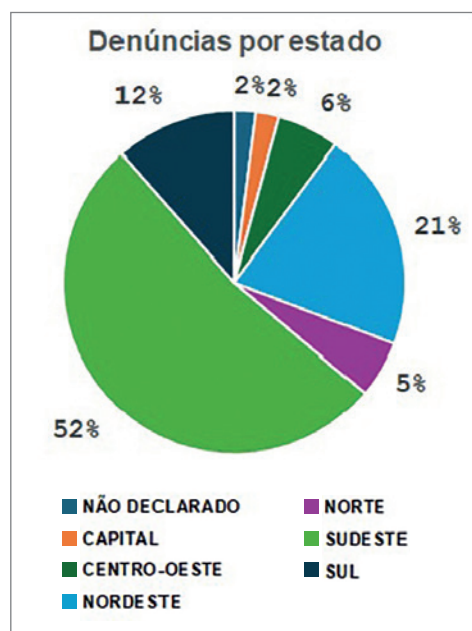


Gráfico de porcentagem da quantidade de denúncias feitas por região

A pesquisa também aponta para outro fator determinante no combate à violência contra a mulher, a subnotificação de casos. Quando se olha para a estimativa de casos totais, levando em consideração os efetivamente denunciados ou não, o total sobe para alarmantes 481.286 casos, sendo apenas 87.846 formalizados.

Outro fator importante é o nível de escolaridade, que limita o entendimento das leis e dos mecanismos legais disponíveis. A quantidade de vítimas que declararam não ter escolaridade ou o ensino incompleto neste ano, até o momento da reportagem foi de 5.197.

Muitas mulheres dependem de redes de apoio comunitárias, como igrejas, grupos sociais e organizações locais para buscar orientação e ajuda. Diante disso, programas governamentais e as organizações não governamentais (ONGs) têm um papel crucial em melhorar o acesso a serviços de apoio por todas. Um exemplo dessas organizações, é o Me Too Brasil que desde de sua criação (2020) já realizou 395 atendimentos.



Fachada de uma das quarenta delegacias do estado, especializada em violência contra mulher, que além do boletim também encaminha as vítimas a lugares de acolhimento

Como agir em casos de violência doméstica

Quando a vítima ou familiares tomam conhecimento da violência é necessário tomar medidas para evitar que isso continue. O primeiro passo é fazer um boletim de ocorrência, que pode ser feito direto na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) ou em qualquer outra delegacia.

As DEAMs funcionam de forma mais precisa nas condições jurídicas. As expedições de medidas protetivas de urgência são solicitadas ao juiz no prazo máximo de 48 horas. Elas foram promulgadas após a Lei Maria da Penha. Há 11 delegacias especializadas espalhadas pelo Brasil, além do atendimento online pelo site.

Se a locomoção não for possível, a denúncia pode ser realizada pelo telefone 180, que é anônimo e gratuito. O Ligue 180 encaminha os relatos aos órgãos competentes. Para casos de violação de direitos online, é necessário denunciar o conteúdo na plataforma e preservar provas, como gravações de áudio e capturas de tela, para anexar ao processo.

Além da polícia, as vítimas podem buscar apoio nas Defensorias Públicas estaduais para orientação jurídica e no Serviço de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual (SAMVVIS), que oferece acolhimento integral às vítimas de estupro pelo SUS.

Opção também são as casas de acolhimento, que oferecem proteção e abrigo, algumas inclusive com ajuda psicossocial e socioassistencial. Todos os programas citados são oferecidos de forma gratuita e disponível 24 horas em todo o país.

Moradores lutam pela preservação da memória do Bixiga

Obras de estação do metrô revelam sítio arqueológico histórico, mas construtora é negligente na sua conservação

Por Anna Cândida Xavier, Laura Petroucic e Lucas Allabi

Há dois anos, o movimento Mobiliza Saracura Vai-Vai luta pela proteção do espaço encontrado durante as obras da Linha 6-Laranja do metrô. A expansão, que conectará a zona norte de São Paulo ao centro, terá duas estações no Bixiga. Desde 2015, o projeto ameaça desapropriar importantes símbolos das populações que se instalaram na região, como parte da comunidade negra. Na época, o babalorixá Pai Francisco, guia espiritual da escola de samba Vai-Vai, profetizou: “A obra não vai avançar, mas, se avançar, será para revelar algo grandioso”.

Em 2021, o consórcio Linha Uni, responsável pelas obras, escolheu a sede da tradicional escola de samba Vai-Vai, fundada no bairro em 1930, como local para abrigar uma das estações. No ano seguinte, durante a escavação do terreno para a construção da estação, descobriram vestígios e artefatos históricos do quilombo Saracura, datados da metade do século XIX. Os moradores do Bixiga se organizaram para reivindicar a preservação do sítio arqueológico e da memória do bairro.

Em uma reunião no Museu Memória do Bixiga, decidiram batizar a organização como Mobiliza Saracura/Vai-Vai, em homenagem à sua história. O manifesto mais recente do grupo demanda a incorporação das estruturas arqueológicas ao projeto da estação 14-Bis/Saracura e a proteção dos moradores frente aos possíveis impactos sociais com a chegada do metrô, como a gentrificação.

Bixiga e os bixiguentos

O cantor Adoniran Barbosa dizia: “o Bixiga é onde o negro fala ‘meo’ e o italiano canta samba”. A origem do bairro está diretamente ligada a essa diversidade. A região abrigou, à primeira vista, o Quilombo Saracura, estabelecido por escravizados que fugiam das fazendas e dos mercados de escravos localizados no vale do Anhangabaú de São Paulo.

Com o incentivo do Estado à imigração europeia, que visava “embranquecer” a população brasileira, o Bixiga passou a receber muitos imigrantes, principalmente italianos. A industrialização de São Paulo no século XX, aliada às políticas racistas dos governos brasileiros, permitiu a ascensão econômica desses imigrantes, enquanto a população negra continuava marginalizada. Hoje, o bairro é célebre por sua gastronomia e festas de origem italiana, além do samba e dos blocos de carnaval. A origem negra do Bixiga, contudo, luta para não ser apagada.

O Vai-Vai vai à luta

A comunidade do Bixiga já enfrentou muitas transformações e a batalha pela preservação de sua memória não é recente. A escola de samba Vai-Vai, por exemplo, já sofreu com outras expulsões. Em 1971, a construção do Minhocão forçou o despejo da escola de sua sede na Rua 14 de Julho, onde os ensaios aconteciam em um descampado. Fernando Penteado, líder do conselho do Grêmio Recreativo Cultural Social Escola de Samba Vai-Vai e autodeclarado “bixiguento”, lembra: “eles vieram fechar nossa quadra no sábado de carnaval. Depois do desfile, todos ajudaram na mudança. Cinquenta anos se passaram, e agora enfrentamos outro despejo, em nome do ‘progresso’”.

O Bixiga, um incômodo para o mercado imobiliário

Para resistir às constantes ameaças simbólicas e físicas à tradição do Bixiga, Marco Ribeiro, um dos fundadores do Mobiliza Saracura Vai-Vai, relata que o coletivo garantiu, no Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2023, a preservação do perfil racial e populacional do bairro. O grupo também conseguiu, pelo plano, que o Bixiga fosse classificado como um “Território de Interesse da Cultura e da Paisagem”, garantindo fomentos para a cultura e para a preservação dos rios e das áreas tombadas.

No entanto, o PDE da cidade permite construções maiores próximas a grandes avenidas, terminais e estações de metrô. Embora isso possa gerar especulação imobiliária, Rose Almeida, socióloga e integrante do Mobiliza Saracura Vai-Vai, afirma que “a construção de novos prédios não causa necessariamente gentrificação, mas é preciso que o planejamento urbano enfrente as vulnerabilidades sem alterar o perfil do bairro”.

Fernando descreve o Bixiga como um incômodo para o mercado imobiliário. “O Bixiga é um ponto preto na vizinhança da Avenida Paulista. A maioria da população é autodeclarada negra – há muitos terreiros e benzedeiras; e esse terreno é muito valioso”, ressalta.

O estudo arqueológico

Para que as obras do metrô comecem, é obrigatório realizar estudos sobre seus impactos e a arqueologia preventiva da área. Mesmo assim, durante o governo de Michel Temer, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



“Queremos metrô sem apagamento histórico!”

Cartazes produzidos pelo Mobiliza Saracura

Vai-Vai

(Iphan) dispensou o estudo prévio para a Linha 6 – Laranja.

Pela primeira vez em São Paulo, uma mesma empresa será responsável tanto pela construção quanto pela operação do metrô. Ou seja, a Acciona – líder do consórcio Linha Uni – tem interesse na rapidez do projeto. O sítio arqueológico do quilombo Saracura foi descoberto em 31 de março de 2022, mas os moradores só foram informados dois meses depois. Mesmo com a liberação do Iphan, a Acciona contratou a empresa A Lasca, especializada em arqueologia brasileira, para conduzir o estudo do sítio. “Eles resistem a interpretar os achados sob a perspectiva das religiões de matriz africana, não contextualizam no âmbito cultural e histórico”, comenta Marco.

Após muita luta, o Movimento Mobiliza Saracura/Vai-Vai conseguiu formar uma comissão com a Acciona, a Secretaria de Parcerias Institucionais (SPI), a A Lasca, o Iphan e a Fundação Palmares para discutir o futuro da estação 14-Bis/Saracura. O movimento visita o sítio mensalmente para acompanhar o estudo. No entanto, a Acciona e a SPI se retiraram da comissão e desde então pressionam o Iphan para tomar uma decisão sobre a preservação das estruturas. Recentemente, três representações de Exu foram encontradas no sítio, além de casas de alvenaria e mais de 20 mil artefatos arqueológicos.

© Anna Cândida Xavier

Ensaio fotográfico Memórias do Saracura

Por Maria Eduarda Cepeda

O bairro do Bixiga carrega muitas histórias que tecem o espírito de comunidade. Um lugar que hoje possui grades e paredes de concreto em seu entorno, já foi o maior colecionador de histórias de muitos “bixiguentos”. Com o assédio da especulação imobiliária, eles lutam para manter essa memória viva, para que o concreto não apague o samba.

A construção agressiva dividindo o espaço com o sítio arqueológico nos faz pensar na resistência daqueles moradores, que hoje lhes resta a saudade dos momentos que passaram.



Construção do Metrô 14-Bis no antigo endereço da Escola de Samba Vai-Vai



Marco, Luciana e Fernando seguram os cartazes do Movimento Saracura, que estão espalhados por todo o Bixiga



Espaço do sítio arqueológico do quilombo Saracura



Agarrados nas memórias



Fernando Penteado, Marco Ribeiro e Luciana revisitando o espaço que hoje dá lugar à construção do metrô



Fernando e Marco contam sobre o fechamento do comércio na pandemia para a construção do metrô

Abaixo-assinado do Movimento Mobiliza Saracura Vai-Vai



Governo Milei: rompimentos e caprichos marcam primeiros meses de mandato

Com ações polêmicas e duras, a população argentina já colhe os frutos da extrema-direita

© Luis Robayo/AFP



Motosserra e notas de dólares, o simbolismo sempre esteve presente nas manifestações do anarcocapitalista e atual presidente argentino

dencial, enfrentou o candidato governista Sergio Massa.

Suas propostas foram polêmicas, especialmente as econômicas, que eram sua bandeira principal de campanha. Ele propunha, principalmente, a “dolarização da economia”, que pretendia levar à

substituição da moeda nacional, o peso, pelo dólar. Além disso, repetia que, se eleito, o Banco Central seria fechado.

Suas ideias envolviam mudanças profundas nos cenários social e político do país. No campo social, propunha a redução de programas de assistência à população, corte nos subsídios a áreas dos transportes e energias, novas legislações trabalhistas mais flexíveis, e corte de gastos com aposentadorias e pensões. Apoiava, ainda, a desregulamentação para compra de armas pelos cidadãos, tarifas menores para importações e desestatização de empresas como as companhias de rádio e de televisão argentinas.

Sua abordagem, construída aos moldes da direita neoliberal, tinha como principal objetivo recuperar a Argentina da maior inflação desde 1990, que fechou em 211,4% em 2023, segundo o Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina

(INDEC). Havia a promessa de reequilibrar as contas públicas, em déficit desde agosto de 2012, respaldando-se no discurso de trazer de volta o orgulho dos “cidadãos de bem” de serem argentinos.

Tomada de posse, um novo cenário

Quando eleito, o discurso continuou, projetos foram cumpridos e impactos aconteceram. Na cerimônia formal de passagem da faixa presidencial, em 10 de dezembro do ano passado, o primeiro decreto de Javier Milei foi a prometida reforma ministerial. Durante as eleições, vídeos do então candidato arrancando ministérios considerados inúteis viralizaram nas redes sociais.

A redução foi de 18 para 9 pastas. Entre os ministérios cortados, estão o da Educação; do Trabalho; do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Cultura; das Mulheres; do Gênero e Diversidade; do Turismo; do Esporte e Desenvolvimento Territorial e Habitacional. As pastas passaram a integrar os superministérios do Capital Humano e da Infraestrutura.

Dois dias após a reforma, o primeiro pacote de medidas econômicas foi anunciado em vídeo e publicado no canal da presidência na plataforma YouTube. O Decreto de Necessidade e Urgência (DNU), com efeito imediato e, portanto, sem votação no Congresso, impôs mudanças profundas na conjuntura argentina.

Entre elas, o corte de US\$20 bilhões nos gastos públicos, a suspensão de licitações de obras públicas por um ano e propagandas midiáticas governamentais. Houve ainda a redução de subsídios nas áreas de energia, de água e de gás, a demissão de cerca de 25 mil funcionários públicos – aqueles com menos de um ano de serviço – e a redução para o mínimo do

Por Khauan Wood, Kiara Elias, Nathalia de Moura, Pedro Bairon e Vitor Nhoatto

O início do governo Milei na Argentina teve seu primeiro semestre completado em junho de 2024. O mandatário autodeclarado “anarcocapitalista” começou a ganhar força na mídia entre 2013 e 2014. Após intensificar seus discursos liberais e afirmar que suas ideias seriam como “motosserras”, passou a ter relevância na conjuntura política, chegando assim ao poder.

Em entrevista ao **Contraponto**, José Luiz Fernandez, professor da Universidade de Buenos Aires (UBA), afirma: “Os argentinos estavam cansados de um governo de esquerda. Então, depositaram suas esperanças em um extremista”. Ele acrescenta que o desmonte da máquina pública foi notável, assim como Milei havia prometido.

Os caminhos de “El loco”

O atual presidente da Argentina, Javier Gerardo Milei, 53 anos, é economista e professor. O líder do Partido Libertário e da coalizão *La Libertad Avanza* (ou “A Liberdade Avança”, em português) foi eleito com 55,65% dos votos no segundo turno, sendo o presidente mais votado da história do país.

Com um discurso inflamado, entrou na política em 2021 após vencer sua primeira eleição para deputado federal já pelo seu partido, fundado no mesmo ano. O lema da campanha era “Não vim aqui para liderar cordeiros, mas para despertar leões”. Foi candidato à presidente nas eleições gerais de 2023, com a advogada e ativista conservadora Victoria Villarruel como sua vice. No segundo turno da eleição presi-



© Juan Ignacio Roncoroni/EFE

Posse de Javier Milei teve como destaque Jair Bolsonaro, ex-presidente do Brasil

repassa às províncias, afetando a saúde, educação e previdência, setores que recebiam as maiores parcelas dos recursos federais. Milei revogou, também, parte de um decreto do ex-presidente, Mauricio Macri (2015-2019), que limitava a nomeação de familiares a cargos públicos.

A motosserra de Milei não parou por aí. Uma nova Lei de Bases foi aprovada em junho deste ano pelo Congresso, comandada pela vice-presidente, Victoria Villarruel. O texto, com cerca de 600 pontos iniciais, sofreu alterações em sua tramitação. Sem a maioria absoluta no Congresso, 118 cadeiras das 129 necessárias, somada aos protestos populares que tomaram as ruas do país desde o resultado eleitoral, concessões foram feitas e promessas de campanha foram quebradas.

Destaques como o trecho que permitia a desestatização da companhia aérea do país, *Aerolíneas Argentinas*, dos Correios e do rádio e da televisão estatais foi retirado. A diminuição nos valores das aposentadorias foi derrubada pela oposição, e o pacote passou a ter 238 emendas. Outras bandeiras de campanha também não se concretizaram, como o fechamento do Banco Central e a dolarização da economia.

Mesmo assim, a legislação trabalhista e as regras para empresas privadas estrangeiras atuarem no país sofreram alterações importantes. O período de experiência nas empresas poderá se estender por até um ano, no qual o contratado poderá ser demitido sem indenização ou justa causa. Com a eliminação de sanções, empregadores podem não registrar seus funcionários, e os sindicatos perderam o poder de reivindicar vínculos empregatícios.

Na área das multinacionais, o Regime de Incentivos a Grandes Investimentos (RIGI) foi criado com o objetivo de trazer mais dinheiro ao país, sendo destinado aos aportes maiores que US\$200 milhões, mas sem fazer distinções entre empresas nacionais e estrangeiras, e com uma redução acentuada dos impostos cobrados sobre os lucros – 7% no início, e 3,5% após sete anos. Além disso, o Estado gradativamente abrirá mão dos rendimentos originários das exportações de produtos e recursos argentinos, com 20% no ano inicial, 40% no segundo e 100% no terceiro.

Discursos e realidades

Os números são positivos pela diminuição da inflação, voltando a um dígito mensal, com 4% em julho, segundo o INDEC. Um superávit na balança argentina foi registrado também em julho, o primeiro em 12 anos.

Contudo, na prática, a população tem outra percepção. O salário-mínimo teve uma desvalorização considerável, permanecendo como o segundo menor da América Latina, de acordo com a consultoria Statista. A pobreza atingiu o maior índice em vinte anos, chegando a 55,5% da população no primeiro trimestre de 2024,



© Santiago Oroz/SOPA Images

As várias manifestações contrárias ao governo após a eleição foram sempre reprimidas com violência, marca de Javier Milei

segundo o Observatório da Dívida Social Argentina da Universidade Católica da Argentina (ODSA-UCA), um aumento de mais de 10 pontos percentuais comparado ao mesmo período do ano anterior.

Diversas manifestações populares vêm acontecendo, e uma das mais recentes ocorreu no dia 28 de agosto deste ano, um ato que surgiu em decorrência de um veto do presidente a uma medida de reajuste na aposentadoria dos argentinos.

Idosos foram às ruas de Buenos Aires para reivindicar um ajuste que acompanhasse a oscilação da inflação no país. Milei já havia avisado que vetaria a medida caso fosse aprovada, e mesmo passando pelo Senado por maioria dos votos – com 61 a favor e apenas 8 contra –, o presidente argentino não hesitou em vetá-la, sob o argumento de cortar gastos do governo.

Estudantes e professores do ensino público também participaram de manifestações nos últimos meses. Segundo a UBA, mais de 800 mil professores e estudantes de 40 instituições diferentes foram ao protesto, no dia 23 de abril, contra as medidas do governo vigente que congelam orçamentos para universidades públicas do país. Esse ato é considerado, até o momento, o maior contra o governo Milei.

“Este governo tem um objetivo muito claro: o desmantelamento do serviço público argentino, e não apenas na minha área (educação)”, explica o professor José Luiz Fernandez. “Todo mundo está sendo afetado por esse discurso extremo de cortes de gastos, e ainda mal começou”.

No dia 21 de agosto, alguns docentes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) foram surpreendidos com uma carta de professores argentinos, junto à Rede de Autoridades de Institutos de Ciência e Tecnologia (RICYT, na sigla em espanhol), com o título “Vamos parar com a destruição do sistema científico e tecnológico: o momento é já!”.

O texto começa afirmando que “um país jamais terá um futuro promissor sem ciência e tecnologia” e que, a partir disso, países com maiores índices de

desenvolvimento comparados à Argentina investiram por décadas nas áreas citadas. Além da extinção do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, o orçamento para o Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET, na sigla em espanhol) se manteve congelado para 2024, mesmo diante da inflação de mais de 200% nos últimos doze meses.

A carta também expressa pesar pelo desmantelamento do serviço público argentino: “Lamentavelmente, a Argentina avança, com ritmo acelerado, no sentido contrário”. Clotilde Perez, professora de Publicidade e Propaganda da ECA-USP, e uma das destinatárias da carta, demonstra tristeza pela situação vivida pelos docentes argentinos. “Depois de tantos anos como professora, já tive que lidar com momentos de crise, mas não tenho dimensão do que meus amigos vizinhos estão passando”, relata.

No primeiro discurso como presidente, Milei declarou que ali começava o fim da decadência no país e que seria o “término do modelo empobrecedor do Estado onipresente”. Em quarenta anos da democracia argentina, o país já testemunhou, em seis meses, áreas importantes do Estado sendo desfeitas, e o cenário atual demonstra que os próximos anos de mandato podem ser ainda menos vantajosos para a população.

O presidente segue cumprindo suas promessas de campanha. Em entrevista ao jornal estadunidense *The Wall Street Journal*, em janeiro deste ano, afirmou que “não há um plano B para se fazer as coisas do jeito certo”. Diante disso, Fernandez aponta que “boa parte das pessoas que são afetadas pelas políticas de Milei são as que mais precisam de auxílios estatais e, infelizmente, ainda vão sofrer muito”.

Em junho, Milei assinou, junto a 18 governadores de províncias argentinas, um pacto político para reforçar seu plano econômico, o que deixa em aberto o futuro econômico e social da terceira maior economia da América Latina.

Na Venezuela, Maduro alcança terceiro mandato consecutivo em eleições contestadas

Vitória do candidato do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) no processo eleitoral é rejeitada pela oposição e criticada internacionalmente

Por Gabriel Porphirio, João Pedro Lopes e Manuela Schenk

No dia 28 de julho de 2024, ocorreu o processo eleitoral que resultou no terceiro mandato consecutivo de Nicolás Maduro. A vitória oficial do chavista, anunciada na madrugada seguinte pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), foi amplamente criticada tanto dentro quanto fora da Venezuela.

A oposição, liderada por Edmundo González e Maria Corina Machado, e reunida sob a bandeira da Plataforma Unitária Democrática (PUD), rejeitou os resultados e acusou o governo de fraudar as eleições, argumentando falta de transparência e a ausência de publicação das atas de votação por parte do CNE.

Segundo Arthur Murta, professor de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o cenário político da Venezuela é marcado por complexidade e desconfiança, mesmo após o firmamento de compromissos para garantir um processo eleitoral livre e justo.

“Embora houvesse alguma esperança de mudança, a realidade é que as eleições acabaram frustrando a expectativa de estabilidade, já que os compromissos não foram plenamente cumpridos, essa situação reforça a percepção de que a instabilidade política na Venezuela se tornou a norma, mantendo o país em um ciclo contínuo de incertezas”, afirma o especialista.

Pré-eleições

Nos meses que antecederam a votação, a Venezuela enfrentava grande crise econômica, com hiperinflação e escassez de produtos essenciais. A crise humanitária resultante trouxe desafios significativos para o próximo presidente, que herdaria um país em profunda instabilidade, com milhões de cidadãos sofrendo com pobreza e falta de serviços básicos.

O descontentamento social pré-eleição era crescente, e a popularidade de Maduro estava em declínio. A Venezuela atualmente passa pelo maior êxodo dos últimos cem anos na América Latina. Segundo a CARE, ONG norte-americana que trata de crises humanitárias, cerca de 10% da população deixou o país, indo principalmente para outras nações fronteiriças: Colômbia, Equador, Brasil e Peru.

Dia das eleições

No dia do pleito houve um clima de tensão em Caracas, especialmente após o fechamento das urnas. A cidade estava em alerta, com grande presença policial

e relatos de intimidação contra eleitores. A incerteza sobre o resultado aumentava, com a população temendo fraudes e irregularidades.

Pouco depois do encerramento da votação, Nicolás Maduro foi declarado pelo CNE vencedor das eleições com 51,2% dos votos, cerca de 5,1 milhões de votos válidos. Ele comemorou a vitória, afirmando que o povo venezuelano tinha reafirmado sua confiança nele, apesar das suspeitas de fraude e das críticas internacionais.

A oposição venezuelana, liderada por Edmundo González, que de acordo com o CNE teria recebido 44,2% dos votos, rejeitou os resultados, alegando que o processo foi fraudulento, denunciando irregularidades massivas e declarando que as eleições ainda não haviam terminado, ao chamar por uma revisão internacional do processo.

Repercussão internacional imediata

A resposta internacional ao resultado eleitoral foi mista. Alguns países, como Cuba, Rússia e China, rapidamente reconheceram a vitória de Maduro, reforçando seus laços com o regime. No entanto, muitos outros, especialmente na América Latina e na Europa, expressaram dúvidas sobre a legitimidade do processo.

Os Estados Unidos expressaram preocupação de que a vitória de Maduro não refletisse a vontade verdadeira do povo venezuelano. O secretário de Estado, Antony Blinken, afirmou que “os EUA estavam atentos às denúncias de fraude e que monitorariam a situação de perto.”

O presidente do Chile, Gabriel Boric, foi um dos primeiros a criticar abertamente o resultado, afirmando que era “difícil acreditar” nos números divulgados pelo CNE. O presidente do Equador, Daniel Noboa, também fez uma dura crítica, alertando sobre os perigos de uma ditadura que “tenta roubar a esperança de milhões de venezuelanos”.

Brasil, México e Colômbia advogam pela transparência das atas eleitorais para um reconhecimento internacional. Arthur Murta explica que “a falta de divulgação dessas atas e a ausência de observadores internacionais diminuem a credibilidade do processo eleitoral, corroborando a narrativa de que as eleições não foram livres ou realizadas de forma adequada.”

O Carter Center, uma das organizações que monitoraram o processo, emitiu um comunicado em que afirmou que a eleição não atendeu aos padrões internacionais de integridade eleitoral e que o resultado não poderia ser considerado democrático.



"Até o Final" – Manifestantes lutam contra a repressão do governo Maduro, mostrando sua determinação em busca de liberdade e democracia na Venezuela, enfrentando a opressão com coragem e resistência

Reação interna

Após a declaração de vitória de Maduro, protestos eclodiram em várias cidades da Venezuela. Milhares de pessoas saíram às ruas para contestar os resultados, acusando o governo de manipulação eleitoral. As manifestações foram reprimidas violentamente pelas forças de segurança.

O estudante venezuelano Mauro Alberto (nome fictício para preservar sua imagem), de 17 anos, morou a vida toda no país e diz que a população venezuelana ficou desgostosa, pois Maduro, segundo ele, não conta com o apoio de quase ninguém. “Quando vimos esses resultados, ficamos realmente frustrados e decepcionados, buscávamos por mudança”.

Alguns dias depois, em resposta aos protestos, o governo de Maduro lançou uma onda de repressão, com mais de mil pessoas presas em poucos dias. A repressão foi amplamente condenada por organizações de direitos humanos e por vários países. Segundo o entrevistado, havia pontos de fiscalização em locais estratégicos das cidades para fiscalizar os aparelhos eletrônicos da população, o que cooperou para o alto número de pessoas detidas.

Mauro conta que ficou em casa até as coisas se acalmarem. “Depois das eleições, tiveram três ou quatro dias que não saí de casa por conta de protestos violentos que terminaram em várias mortes”.

Ainda de acordo com o especialista, Arthur Murta, essa eleição não só acirrou as tensões políticas internas, mas também destacou a contínua desestabilização das instituições democráticas na Venezuela, aumentando as incertezas sobre o futuro político do país. “O resultado eleitoral não deve piorar a polarização, pois a instabilidade e polarização já estão consolidadas”, completa.

Kamala Harris pode ser a primeira mulher a ocupar o Salão Oval na Casa Branca

Conheça a história da primeira mulher negra e asiático-americana a ocupar um dos cargos mais altos do governo estadunidense

Por Ana Julia Mira, Julia Napolini e Livia Rozada

Kamala Devi Harris é a primeira mulher negra e asiático-americana a se candidatar à presidência dos Estados Unidos da América. A candidata do Partido Democrata foi a primeira mulher a alcançar a vice-presidência do país, e a primeira negra procuradora do estado da Califórnia, local em que posteriormente foi eleita Procuradora-Geral, cargo que antes havia sido ocupado apenas por homens.

Filha de imigrantes, pai jamaicano e mãe indiana, a candidata aposta em evidenciar a representatividade que carrega em sua campanha. Com menos de um mês após assumir a candidatura, Harris tornou o Partido Democrata preferido à eleição, superando o Partido Republicano representado por Donald Trump, de acordo com dados de pesquisas nacionais da organização FiveThirtyEight.

Harris nasceu em 20 de outubro de 1964, em Oakland, Califórnia, filha de Shyamala Gopalan, uma pesquisadora médica, e Donald J. Harris, economista e professor emérito de Economia na Universidade de Stanford. Seus pais se conheceram em manifestações contra a Guerra do Vietnã e em prol dos direitos civis. Kamala e sua irmã Maya foram influenciadas pela diversidade cultural das visitas aos avós nos países de origem, e pela comunidade negra de Oakland, moldando uma identidade multicultural.

Fato esse que, segundo o professor do Departamento de Ciências Sociais da PUC-SP, Pedro Fassoni, atrai os votos da classe trabalhadora estadunidense no momento atual da vida de Harris. “Por conta do multiculturalismo, ela tem uma linguagem que fala muito mais para a classe trabalhadora. A Kamala defende mais investimentos em políticas públicas voltadas para a saúde, educação e emprego”.

Kamala Harris iniciou sua carreira acadêmica em Ciência Política e Econômica na Universidade de Howard, uma instituição historicamente negra onde liderou o time de debate, estagiou para o senador Alan Cranston e ingressou na fraternidade Alpha Kappa Alpha, formada por mulheres negras universitárias. Posteriormente, graduou-se em Direito na Universidade da Califórnia, onde foi presidente da Associação de Estudantes Negros de Direito e, no ano seguinte, ingressou na Ordem de Advogados da Califórnia.

Sua primeira grande vitória política veio em 2004, quando foi eleita procuradora de São Francisco. Harris foi

reconhecida como uma das 100 melhores advogadas da Califórnia pelo *The Los Angeles Daily Journal*. Sua abordagem progressista e suas decisões, como solicitar prisão perpétua em vez de pena de morte para o assassino do policial Isaac Espinoza, geraram controvérsias, especialmente com a polícia local.

Seus dois mandatos bem-sucedidos como procuradora de São Francisco a prepararam para sua candidatura ao cargo de procuradora-geral da Califórnia. Ela foi eleita tornando-se a primeira mulher negra e asiático-americana a ocupar o cargo em janeiro de 2011.

Como procuradora-geral da Califórnia, Harris continuou a promover políticas para reduzir o encarceramento de jovens desfavorecidos. Ela criou o Gabinete de Justiça Infantil (BCJ, na sigla em inglês) para combater a evasão escolar e melhorar os sistemas de justiça e adoção infantil, buscando minimizar os traumas nas crianças.

Em janeiro de 2015, Harris anunciou oficialmente a candidatura para o Senado, com apoio do então presidente Barack Obama. Em novembro de 2016 foi eleita senadora, tornando-se a primeira mulher de origem asiática – e a segunda negra – a integrar o Senado americano.

Durante seu mandato, participou ativamente dos Comitês Judiciário, de Segurança Interna e Assuntos Governamentais, e de Inteligência do Senado. Desde então, Harris foi considerada uma das principais candidatas à nomeação democrata para a presidência em 2020. No ano anterior, ela chegou a disputar as eleições primárias do partido, mas desistiu devido à falta de recursos e de apoio.

Em agosto de 2020, Joe Biden a escolheu como sua vice-presidente, e a chapa Biden-Harris foi eleita recebendo a maior quantidade de votos da história dos EUA, com mais de 81 milhões de votos. Com isso, Harris se tornou a primeira mulher negra e asiático-americana a ocupar o cargo.

Como vice-presidente, Harris fortaleceu alianças internacionais e ficou responsável por lidar com a crise migratória. O tema, inclusive, é um dos maiores desafios de sua campanha, considerando que, em 2023, os EUA bateram o recorde de imigrações ilegais.

Houve uma grande mudança na opinião pública sobre a candidata na corrida eleitoral deste ano. Sua imagem carismática, discursos progressistas e até mesmo a risada ressonante conquistaram os jovens e viralizaram nas redes sociais.

Com a imagem de Joe Biden cada vez mais associada a de um homem incapaz de comandar uma nação, devido às condições frágeis de saúde física e mental aparentes, o atual presidente suspendeu, no dia 21 de julho, a sua campanha eleitoral e endossou a candidatura de Harris ao cargo.

“A eleição já está definida em alguns estados, a gente sabe”, admite o professor Pedro Fassoni. “Em Nova Iorque e na Califórnia, os candidatos do Partido Democrata sempre vencem; em outros estados, como no Texas, os republicanos sempre vencem. Então, a eleição acaba sendo decidida nos estados-pêndulo”, explica. Com o atual governador de Minnesota, Tim Walz, como vice, Harris concorre com uma chapa forte que pode conquistar votos de alguns desses estados, o que é um dos grandes desafios para superar Trump na corrida presidencial.

© Harris Walz



A primeira mulher de origem indiana e afro-americana que concorre ao posto político mais alto do país

Caso seja eleita em novembro, Kamala Harris será a primeira mulher a assumir a presidência dos Estados Unidos, quebrando uma tradição de 248 anos. Sua vitória representaria não apenas uma conquista individual, como também um marco histórico que ampliaria as oportunidades para minorias e fortaleceria a representatividade nas esferas mais elevadas da política estadunidense.

Entre avanços e desafios: o crescimento da cobertura feminina no futebol

O impacto da presença de mulheres no jornalismo esportivo vêm moldando um caminho inclusivo para o futuro

Por Cecília Leite, Giovanna Rahhal, Helena Barra, Larissa Soler e Maria Luiza Costa

Ao longo dos últimos anos, o acompanhamento de uma das maiores atividades desportivas tem passado por uma transformação significativa e notória. Num ambiente historicamente dominado por homens, a exponente participação de mulheres jornalistas ganha cada vez mais relevância, seja em mídias alternativas ou nas grandes emissoras.

Com trajetórias marcadas por desafios, superações, preconceitos e conquistas, essas profissionais estão no processo de redefinição em relação à maneira com que o futebol é comentado, narrado e analisado. Apesar da falta de incentivo, diversas jornalistas batalharam – e continuam – para pavimentar um caminho através dos mais diversos meios, o que corrobora com o oferecimento de um novo rumo para as futuras gerações.

Pioneiras

Em 2015 surgiu, nas redes sociais, o Dibradoras, uma produtora de conteúdo desenvolvida por cinco mulheres que sentiram a falta da cobertura jornalística igualitária na imprensa. Em entrevista ao **Contraponto**, Roberta “Nina” Cardoso, jornalista e co-fundadora da empresa, contou que a ideia surgiu no período da Copa do Mundo Feminina no Canadá, em 2015, em que poucos veículos cobriam a seleção brasileira de futebol feminino. “Não tinha tanta oferta de transmissão; isso, de cobertura dos jogos e do desempenho das atletas. Então fomos motivadas pela ideia de falar sobre esporte feminino”, comentou.



Roberta “Nina” Cardoso, criadora do Dibradoras, portal composto apenas por mulheres

A recepção do público ao Dibradoras foi boa. Entretanto, Nina e as outras integrantes logo perceberam que teriam novas missões além de falar sobre o próprio futebol. “Entendemos que tínhamos outras lutas, como combater o preconceito e o ódio que existem nas redes sociais contra as mulheres. Começamos a levantar essas bandeiras e a mostrar casos absurdos que aconteciam no meio”, afirmou. Entre os exemplos citados por ela, está a ‘galeria de musas’ dos campeonatos femininos. “Ao invés de falar sobre a performance das atletas, o conteúdo jornalístico objetificava as mulheres. Começamos a expor a situação, cobrar e educar os telespectadores e a mídia sobre esse tema”, disse a jornalista.

O Dibradoras, segundo Nina, foi um canal importante para o crescimento do futebol feminino no país e para o aumento de jornalistas mulheres que trabalhassem com a modalidade. “Acho que a gente fez coro e gritou bastante alto sobre a ausência das mulheres. Hoje, a gente vê mais constância delas ocupando esses cargos na TV, como o de narrador e de comentarista” explicou. Apesar de muitas dessas profissionais ainda não estarem em destaque, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do país, a presença destas figuras está começando a se expandir.

Mais mulheres conquistando espaço

Outra perspectiva para o cenário de mulheres na cobertura do futebol começou a se desenhar em 2014, com a entrada de Renata Silveira para a equipe de transmissões da Copa do Mundo daquele ano na Rádio Globo. Desde então, a presença feminina no jornalismo esportivo tem crescido significativamente.

O aumento da demanda por representação diversificada na mídia impulsionou essa mudança. Imprensas alternativas, como o Dibradoras, e a criação de conteúdo nas redes sociais têm desempenhado um papel crucial neste cenário – elas fornecem plataformas para que mulheres se destaquem no meio esportivo.

A expectativa é que essa ascensão continue. Neste caso, as redes sociais, quando utilizadas com responsabilidade, são grandes aliadas. Elas têm contribuído para a expansão deste processo o que, como consequência, auxilia mulheres a discutir sobre o assunto. “As pessoas estão consumindo uma modalidade que enfrenta falhas na cobertura das mídias tradicionais; assim, as redes sociais oferecem uma



Letícia Denadai, jornalista e social media da Federação Paulista de Futebol, cobrindo a final do maior estadual do país

excelente oportunidade para compartilhar curiosidades e fugir do óbvio”, comenta a jornalista Letícia Denadai, integrante da equipe midiática da Federação Paulista de Futebol (FDF).

Além das expectativas crescentes, um fator que pode mudar o patamar da cobertura feminina no Brasil é a Copa do Mundo de 2027. Em maio deste ano, 2024, o país foi escolhido pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) para sediar a competição mais importante da modalidade, o que provavelmente deve abrir portas para mulheres no jornalismo esportivo.

Para Fernanda Gentil, jornalista e apresentadora com passagem pela TV Globo e, agora, contratada na CazéTV, o Mundial de 2027 será fundamental para gerar oportunidades e trazer mais apoio ao futebol feminino. “Temos que ter um trato especial com modalidades que sofreram tanto, como o futebol feminino no Brasil, que foi proibido por mais de 30 anos. É importantíssimo dar a visibilidade e colocar a modalidade onde ela merece estar”, explica a profissional, em entrevista ao **Contraponto**.

Leila Pereira e a importância de mulheres em espaços de poder

Entre diversas iniciativas para aumentar o espaço das mulheres neste âmbito, uma em específico chamou bastante a atenção do público este ano. Leila Pereira, presidente do Palmeiras, convocou uma coletiva de imprensa em que apenas jornalistas femininas estavam autorizadas a participar. Para Nina, este tipo de ação não

é a ideal, mas, ainda de acordo com ela, resultou em fatores positivos. “O feito gerou debate, e o discurso dela estava alinhado com o que ela propôs a fazer. Se alguém se incomoda em ver apenas mulheres naquele local, vai sentir uma pequena porcentagem do que as mulheres passaram, e continuam, há anos”, completou.

Letícia Denadai explicou que a coletiva serviu para “colocar o dedo na ferida” e citou uma ação da FPF que tinha o mesmo propósito: “Em 2020, a FPF fez a coletiva para marcar a estreia do Campeonato Paulista Masculino. Quando chegaram na sede da Federação, apenas repórteres mulheres estavam autorizadas a entrar no auditório, enquanto os homens acompanharam do lado de fora”.

Gabriela Martins, criadora de conteúdo esportivo, evidenciou que a convocação da coletiva pela dirigente palmeirense foi uma ideia válida, e que ter a Leila a frente de um dos maiores clubes vencedores dos últimos anos na América Latina é incrível; mas esse tipo de ato precisa caminhar de mãos dadas com outras iniciativas – ele não é suficiente. Um exemplo, de acordo com a blogueira, é a da questão da falta de apoio ao time feminino do Palmeiras.

A influenciadora também cita o posicionamento de Leila na polêmica que envolve o técnico Abel Ferreira e a jornalista da BandNews FM, Aline Fanelli. Durante uma coletiva pós-jogo, ao responder uma pergunta da repórter sobre a lesão de um dos jogadores, o treinador palmeirense disse só dar “satisfação a três mulheres” e não respondeu o questionamento principal de Aline. No dia seguinte ao episódio, o clube postou uma nota de retratação direcionada a jornalista, assinada por Abel.

Gabriela relatou que esperava outro tipo de atitude de Leila neste tipo de situação. “A gente estava esperando um posicionamento do Palmeiras, não só do clube e do Abel, mas da própria Leila por ser uma mulher e ser hoje uma das mais importantes figuras no futebol brasileiro. Ela poderia muito bem ter convocado alguma coletiva, mas ela decidiu não falar nada”.



© @_gabimartins



© Acervo Globo

Jornalista consagrada, Fernanda Gentil construiu carreira na rede Globo antes de rumar para CazéTV

Desafios ainda enfrentados

Apesar do avanço, os desafios ainda são muitos. Letícia Denadai cita que erros cometidos por mulheres têm um peso muito maior do que quando vindo de um homem – o principal obstáculo é conseguir desvincular a imagem de que uma mulher não é um símbolo de todas as outras. “Você representa somente você e não todas que também querem ocupar aquele espaço. A sensação que dá é que se você errar, as portas serão fechadas para todas”, explicou.

No jornalismo esportivo, as mulheres sentem a necessidade de se provar competentes o tempo todo para manter sua credibilidade. Fernanda Gentil destaca a pressão de ter que, constantemente, comprovar seu conhecimento. “Tem sempre muito olhar de desconfiança, extrema descrença em relação ao trabalho da mulher no futebol”, desabafou.

Elas também lidam múltiplas vezes com assédio e violência, seja no estúdio ou no estádio, por parte de torcedores e, até mesmo, companheiros de profissão. Gabriela Martins, que participa de coberturas *in loco*, relata que sempre se preocupa com suas vestimentas, “você vai para o estádio e fala ‘tá 50 graus, mas vou de calça’, para não dar abertura para comentários maldosos”. No entanto, a influenciadora sente uma pequena melhora: “Os times têm ações, tanto da torcida quanto internas, que repudiam esse tipo de assédio”.

Além disso, outra dificuldade constante é a questão financeira, principalmente para o jornalismo independente, que precisa de trabalhos externos para se sustentar. “Nos mantemos de ‘jobs’, que aparecem em sua maioria nos anos de grandes competições. Dessa forma,

conseguimos levantar dinheiro com coberturas, produtos e conteúdos patrocinados. Porém, precisamos de subsídio o ano inteiro”, comenta Nina sobre o Dibradoras.

Caminho pavimentado

Mesmo com esses desafios, a presença das mulheres nos bastidores do futebol está avançando de forma promissora. Diversas empresas estão rompendo a barreira que restringia as mulheres a trabalharem apenas com futebol feminino, o que desmistifica a ideia de que há alguma diferenciação necessária entre a reportagem dos dois gêneros – quando, na verdade, não há.

Um fator que vem moldando o avanço na cobertura e modalidade é o aumento de investimento em competições por parte de grandes instituições e entidades do esporte. O Paulistão Feminino, por exemplo, é considerado a competição nacional que mais investe no futebol feminino, o que proporciona oportunidades para mulheres trabalharem e falarem sobre o esporte.

O caminho para a mudança está sendo pavimentado há anos e o compromisso atual é com as próximas gerações, que irão crescer assistindo mulheres ocupando esses espaços e, consequentemente, irão normalizar essa presença. “Eu acredito que estamos na rota certa para termos mais espaço na cobertura do futebol em geral, não só no feminino. É um processo gradual, não será de uma hora para outra, mas estamos conquistando nosso pedaço aos poucos”, ressalta Gabriela.

A realidade é que esse crescimento é um caminho sem volta. É um processo real, está acontecendo nesse momento e não vai mais parar. Assim como torcedores clamam pela vitória de seu time, mulheres com este interesse, otimizadas, anseiam por bolas justas que consigam penetrar no universo futebolístico. O maior gol para elas é a igualdade de gênero.

Gabriela Martins, criadora de conteúdo esportivo, na cobertura da Copa América de 2024 em suas redes sociais

Investimentos desiguais e a ascensão de modalidades: o novo cenário do esporte

Conquistas históricas das atletas evidenciam a desigualdade e a falta de investimento em modalidades olímpicas



Beatriz Souza, a judoca que trouxe o primeiro ouro para o Brasil nos Jogos Olímpicos de 2024

© Alexandre Loureiro/COB

Por Juliana Salomão, Luiza Zequim, Mariane Beraldes, Victória Miranda e Thainá Brito

O desempenho feminino na Olimpíada de Paris 2024, em agosto, foi um marco histórico, destacando o avanço e reconhecimento das mulheres nas diferentes categorias esportivas. As atletas fizeram uma participação grandiosa e comprovaram suas potências. Das 20 medalhas que a seleção brasileira conquistou, 12 são de mulheres, incluindo as únicas três de ouro.

Essa conquista evidencia um contraste marcante com a realidade do esporte no Brasil. Embora o país tenha uma rica tradição desportiva, o apoio governamental e o investimento em infraestrutura são insuficientes. Especialmente para as modalidades menos populares, como os esportes feminino e paralímpico.

“Para ser vista, precisamos ser destaque positivo, sempre. No esporte em geral acredito que as coisas estão melhorando lentamente.”, afirma a paratleta Jacqueline Rafaela, de 27 anos, em entrevista ao **Contraponto**. Ela competiu no Campeonato Brasileiro de Paracicismo 2022, no Campeonato Brasileiro de Paracicismo de Estrada 2022, na Copa Brasil de Paracicismo em 2023 e nos Jogos Paralímpicos do Estado de São Paulo (Paresp) em 2023.

Os recursos esportivos no Brasil estão instáveis nos últimos anos, com redução de orçamento e o fim do Ministério do Esporte (ME) em 2019. O desprezo reflete na redução orçamentária.

De acordo com dados coletados pela pesquisa Transparência no Esporte, realizada através da parceria entre a Universidade de Brasília (UnB) e o Instituto Federal de Goiás (IFG), os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro assinaram projetos de cortes expressivos no esporte durante as respectivas gestões.

Em 2019, o primeiro ano do mandato de Bolsonaro antecedeu a Olimpíada de Tóquio. O total de recursos para o esporte foi de R\$1.74 bilhões. Comparado ao ano anterior da competição, o valor foi significativamente menor. No Rio, em 2016, a verba destinada foi de R\$2.25 bilhões, sem levar em consideração a correção monetária.

Outro desafio enfrentado pelos atletas é a falta de visibilidade, que influencia diretamente na promoção e reconhecimento dos esportistas. Sem a cobertura adequada na mídia, muitos atletas e diferentes modalidades ficam em segundo plano, reduzindo as chances de conseguir patrocinadores e apoio financeiro.

A competidora de atletismo e natação da cidade de São José dos Campos (SP) revelou que passou por muitas adaptações no esporte e enfrentou diversos desafios durante sua trajetória. “É uma luta diária, principalmente para os novos talentos. Até conseguir ser destaque e ser visto por marcas e patrocínios é complicado. Hoje só tenho o patrocínio de lâmina de corrida por pedir muito”, afirma Jacqueline.

Essas adversidades afetam a formação de novos esportistas e limitam as oportunidades e o sucesso dos que já estão em atividade, e impedindo a competição de forma igualitária com outros países.

Bolsa Atleta

O programa Bolsa Atleta, criado pela Lei nº 10.89 em julho de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.342, em janeiro de 2005, beneficia atletas de todas as regiões do Brasil, a partir de 14 anos, que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade.

A partir de 2012, com a Lei 12.395/11, tornou-se possível que os beneficiados tenham outros patrocínios para exercer suas atividades, além da bolsa promovida pelo governo. Entretanto, a quantia recebida pelos atletas brasileiros ainda é baixa. De acordo com o Ministério do Esporte, em 2024, os valores, por mês, são: estudantil (R\$410,00), base (R\$410,00), nacional (R\$1.025,00), internacional (R\$2.051,00), olímpico e paralímpico (R\$3.437,00) e pódio (até R\$16.629,00).

Jacqueline Rafaela, competidora de atletismo e natação

Jacqueline sempre praticou esportes e começou a competir paracicismo após um acidente automobilístico em 2020. A atleta precisou de novos recursos para poder praticar alguma modalidade novamente. Atualmente ela recebe o Bolsa Atleta na categoria nacional. “Infelizmente eu acho um valor baixo, principalmente para ter uma boa alimentação, suplementação, vestimentas e cuidados pessoais. Até o momento não passei dificuldade financeira devido à ajuda do meu patrocínio, mas é sempre muito apertado”, conta.

Nos Jogos Olímpicos de Paris 2024, 241 dos 276 atletas participantes fazem parte do programa. Contudo, 271 dos 276 já foram integrantes do programa do Governo Federal em algum momento da carreira.

Hoje mais de 9 mil esportistas recebem o auxílio. Até 2022, o valor investido no programa era de cerca de R\$129 milhões. A partir de agosto de 2024, com os reajustes, os valores aprovados pelo presidente Lula e pelo Ministério do Esporte serão cerca de R\$160 milhões.

O projeto “Transparência no Esporte” revela que, em 7 anos de gestão dos governos Temer e Bolsonaro, a falta expressiva de investimentos federais afetou diretamente o programa Bolsa Atleta. Juntos, os governos promoveram uma diminuição de 56% nos gastos de orçamento para o programa em comparação ao mandato de Dilma Rousseff.

Durante 2014, no governo de Dilma, o programa obteve seu ápice em pagamentos com cerca de R\$247 milhões, corrigido pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). Sob o governo Temer, nos anos seguintes, além da redução no orçamento do programa, o então presidente realizou um corte de 3 mil atletas da lista de beneficiados dias antes de passar a faixa para Bolsonaro.



© @atletajacqueline

O mandato de Jair Bolsonaro foi marcado por extinguir o Ministério do Esporte, rebaixando a pasta a uma secretaria do Ministério da Cidadania (MC). Apesar do pequeno aumento de pagamentos do Bolsa Atleta em 2019, o orçamento se manteve instável, o que prejudicou os beneficiados.

Leis de investimento no esporte brasileiro

Além do programa Bolsa Atleta, outras leis preveem incentivos ao esporte no Brasil. Uma delas é a Lei 13.756 ou Lei das Loterias de 2001, a qual prevê que 1,7% do valor apostado em todas as loterias federais do país sejam direcionados para o Comitê Olímpico do Brasil (COB) e para o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), com a menor porcentagem destinada ao esporte paradesportivo.

Em 2007, a Lei nº 11.438/06 ou Lei de Incentivo ao Esporte permitiu que os recursos tributários feitos por renúncias fiscais fossem aplicados em projetos desportivos e paradesportivos de todo o país.

Desde janeiro de 2023, passou a valer uma alteração na lei que aumentou os percentuais de isenção fiscal para quem deseja incentivar os projetos esportivos. Para pessoas jurídicas, a porcentagem passou de até 1% para até 2%, e para pessoas físicas, passou de até 6% para até 7%.

Apesar de destinar a maior parte dos investimentos ao esporte de base, inclusão social e lazer, os recursos são extremamente centralizados no Sudeste. Segundo o levantamento do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE), entidade vinculada à Universidade Federal do Paraná (UFPR), cerca de 70% dos valores doados são para a região. Já o Norte possui a menor porcentagem, ficando com apenas 2% dos incentivos. O Esporte Clube de Pinheiros, clube de elite localizado em São Paulo, fica à frente dos demais beneficiados, com R\$200 milhões captados pela lei entre 2007 e 2023.

Sucesso x descaso

A modalidade feminina no país ainda enfrenta desafios. Durante as Olimpíadas, ficou evidente que a falta de incentivo do governo brasileiro compromete o pleno desenvolvimento das atletas, dificultando que elas atinjam seu desempenho máximo. A falta de infraestrutura, o preconceito e a insegurança financeira agravam as dificuldades enfrentadas, o que impacta diretamente na busca pela medalha.

Desde 2019, a World Surf League (WSL), Liga Mundial de Surfe, em português, anunciou uma importante mudança: igualar a premiação entre homens e mulheres em todos os eventos do circuito mundial. Essa

medida representou um significativo avanço rumo à igualdade salarial no esporte e é um marco que continua a ser observado atualmente. Há seis anos, os homens recebiam o dobro do valor pago às mulheres no surfe. Yanca Costa, surfista brasileira, comenta sobre esse avanço. “Não tão distante assim, conseguimos que ficasse igual o nível de premiação. Para todos, era igual, mas não tão alto quanto é hoje”.

Além da questão salarial, as esportistas enfrentam desafios relacionados à igualdade de oportunidades em patrocínio e visibilidade na mídia. Os homens ainda são considerados mais influentes e são frequentemente escolhidos como embaixadores de marcas e patrocinadores, deixando as mulheres com menos oportunidades de conseguir patrocínios lucrativos. “É difícil falar, porque você pode estar numa marca que o Gabriel Medina vai estar e obviamente ele vai ganhar muito mais que você”, observa Costa.

A atleta também relata que, embora a divisão de patrocínios ainda não seja igualitária, há um progresso com o aumento do interesse pela modalidade. “Hoje em dia, não está igual, mas estamos numa evolução bizarra, com mais pessoas assistindo o surfe feminino. Então, as meninas estão chegando para ganhar patrocínios, para chamar atenção nos campeonatos também”, conclui.

Dentro das discussões sobre a disparidade, há a análise do problema da hipervalorização. Na cultura brasileira, o futebol é o esporte que mais atrai investidores e público, sua presença e importância são notáveis. Todavia, as Olimpíadas de Paris mostraram que o país possui uma gama gigante de outras atividades que devem ser exploradas.

Durante a transmissão, foi comum vermos atletas se desculpendo em entrevistas pós-competições por não terem conseguido premiações máximas. Rafaela Silva, judoca brasileira, protagonizou uma das entrevistas que deram ênfase ao debate. A atleta chorou ao pedir desculpas aos torcedores por cometer uma falha e não ter conseguido dar o seu melhor.



Yanca Costa e Cauã Gonçalves são os campeões da etapa de surfe em Garopaba 2023

A questão colocada discute a necessidade de cobrança das confederações em aumento de campanhas de destaque e distribuições mais justas de verbas. Muitos esportes, que não são o futebol, estão em constante crescimento de público, mas a falta de estrutura e auxílio impede os atletas de atingirem seu rendimento máximo. Essa é uma das causas do Brasil não conseguir posições mais altas em rankings mundiais, não pela falta de capacidade dos competidores e sim pela negligência que sofrem.

Yanca enfatizou essa mudança do consumo popular nos esportes. “Os homens têm mais visibilidade, porque até hoje as pessoas priorizam assistir eles competindo”. Mesmo assim, ela afirma que a situação está se transformando positivamente. “Não só no surfe, como principalmente no skate, que é um dos principais exemplos que eu posso usar. Na Globo, só passa o campeonato de Skate Street feminino que a Rayssa Leal vai estar competindo”, ressalta a atleta.



A ginasta Jade Barbosa, com suas criações que foram dedicadas às Olimpíadas de 2024

Jade Barbosa: entre costuras e medalhas

A ginástica artística é um dos esportes que o Brasil vem se destacando. Nos últimos mundiais, o país foi protagonista e garantiu lugares no pódio com estrelas como Rebeca Andrade e Flávia Saraiva. Com o aumento do interesse do público, as barreiras que as ginastas precisam enfrentar ficam cada vez mais evidentes. A falta de estruturas em bom estado, auxílio monetário aos atletas e a difícil obtenção de uniformes são os mais notados.

Jade Barbosa, ginasta veterana, não atua só dentro da arena, muitos dos designs dos collants atuais são criações dela. A seleção brasileira de ginástica artística recebe esse patrocínio desde 2018 e desde o início, a ação mostra o quanto necessário e valioso é a adequação de investimentos. A atuação de Jade, que não teve a mesma facilidade em conseguir uniformes de competição no começo da carreira, nos proporcionou peças únicas, emblemáticas e que exalam as brasilidades.

Criminalidade nas torcidas: a influência da violência organizada no futebol brasileiro

Como a crescente atuação das facções criminosas molda e interfere na estrutura e na integridade dos órgãos futebolísticos do país

© Geraldo Bubniak / Fotoarena/Parceiro



Conflito entre torcedores do Vasco e do Athletico-PR na última rodada do Campeonato Brasileiro de 2013, que impulsionou a implementação de medidas mais severas no futebol

Por Chloé Dana, Luane França e Pedro Premero

As torcidas organizadas, como são conhecidas atualmente, começaram a se transformar na década de 1960. Além de apoiar seus times durante os jogos, passaram a ter um papel mais ativo na administração dos clubes, monitorando e questionando as decisões dos dirigentes e pressionando por mudanças nas equipes.

Da origem ao engajamento político

Em 1939, foi criada no bairro da Mooca a primeira torcida organizada do Brasil, o Grêmio Sampaulino – que mais tarde se tornou a Torcida Uniformizada do São Paulo (TUSP) –, sendo os pioneiros a formarem um grupo de torcedores com uma abordagem mais estruturada e coordenada. Porém, eles se desfizeram após insatisfação com a postura dos organizadores. A Torcida Tricolor Independente (TTI) foi fundada a partir desta dissipação, em 1972.

Desde 1965, jovens corintianos realizavam reuniões com o objetivo de contestar a vida política e diretiva do clube. Em 1969, foi consolidado o Grêmio Recreativo Cultural e Escola de Samba Gaviões da Fiel (G.R.C.E.S. Gaviões da Fiel) unindo futebol e carnaval na mesma entidade. Eles foram a primeira torcida organizada a estabelecer uma estrutura interna com administração formal e regras definidas. Segundo a pesquisa “O Maior Raio-X do Torcedor” realizada pela consultora Quare em parceria com a CNN e a Itatiaia, a torcida do Corinthians é a segunda maior do país.

Já a Mancha Alverde, do Palmeiras, foi fundada em 11 de janeiro de 1983. Desde a escolha do nome até as atitudes praticadas nas arquibancadas e nas ruas da cidade, demonstrou ser uma torcida forte e preparada para enfrentar seus rivais. O nome é inspirado no personagem “Mancha Negra”, dos estúdios de animação Walt Disney, sendo um personagem “bandido e tenebroso”.

Desde os anos 1980, o comportamento das torcidas nas arquibancadas dos estádios vem se modificando. Em consequência do surgimento de novas organizações, os torcedores organizados ganharam espaço e trouxeram consigo muitas vezes a prática de ações violentas. Até outubro de 1995, passaram a ocorrer, por parte da Justiça Pública paulistana, cercamentos das atividades desenvolvidas pelas organizadas. Com isso, Mancha Verde, Independente e Gaviões da Fiel tinham 18, 28 e 46 mil filiados registrados, respectivamente.

A entrada do crime nas torcidas organizadas

Além disso, ao longo das décadas, as torcidas organizadas começaram a tomar um rumo diferente, devido a um fácil acesso que se estabeleceu para a criminalização. O futebol no Brasil, em especial, deixou de ser visto como um patrimônio cultural do povo brasileiro. A quantidade de dinheiro que circula no esporte é gigantesca, e os clubes são mais ou menos reféns das torcidas organizadas, aponta um relato sigiloso de um promotor de justiça, com experiência em investigações de corrupção no esporte, em entrevista ao **Contraponto**.

Em 2016, áudios circulavam nas redes sociais e diziam ter uma ordem mandada por Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, líder do Primeiro Comando da Capital (PCC), orientando as torcidas organizadas a evitarem situações de confronto. “O cara que brigar vai apanhar; e o cara que matar, vai morrer. É ordem do PCC, entendeu?”, dizia uma das mensagens.

Em dezembro do mesmo ano, as organizações negaram a ligação com a facção. A Gaviões da Fiel publicou uma nota afirmando que “qualquer associação das recentes ações em prol da paz nos estádios com ‘mandos criminosos’ não passam de uma desleal tentativa de desmoralizar o que estamos nos esforçando para fortalecer entre as torcidas organizadas do nosso Estado”.

No dia 13 de agosto deste ano, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) abriu uma investigação que indicava uma suposta relação entre o PCC e pessoas próximas da direção do Corinthians. A possível conexão entre o time e a organização foi divulgada no ano passado por Rafael Maeda, o “Japa”, ex-participante do PCC, em depoimento ao próprio GAECO.

Na época, Maeda se pronunciou dizendo que integrantes do PCC agenciaram atletas profissionais e participaram de negociações e contratos com grandes clubes do futebol brasileiro. Na investigação, os promotores do GAECO descobriram que ele tinha um livre acesso ao Parque São Jorge, sede social do Corinthians, e mantinha contato com a direção do time e os jogadores. Além disso, os promotores descobriram uma troca de mensagens, em que Maeda fala de contratações, contratos e transferências bancárias.

O Corinthians se manifestou por meio de uma nota oficial após as acusações, alegando surpresa com as notícias e ressaltando que “de acordo com o conteúdo das matérias veiculadas, tais contratos teriam sido celebrados anteriormente à gestão atual”.

Com o tempo, a influência do crime no ambiente das torcidas se intensificou. Esses grupos frequentemente se envolvem em atividades ilícitas, como tráfico de drogas e armas, e esse cenário propicia a lavagem de dinheiro, detalha o promotor de justiça.

Medidas do governo para evitar conflitos

Infelizmente, a briga entre torcidas é muito comum, seja antes, durante ou depois dos jogos, e, muitas vezes, deixam feridos e mortos. Até o dia 4 de abril de 2016, os clássicos entre os times paulistas tinham apoiadores de ambas as equipes. Mas, após a morte de uma pessoa em uma

confusão entre palmeirenses e corintianos no dia anterior, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) entrou com um pedido à Federação Paulista de Futebol (FPF) para que os jogos entre os quatro maiores times grandes de São Paulo fossem realizados com torcida única.

Além do policiamento reforçado nessas partidas, o calendário é um assunto crucial para evitar confusão. Os jogos do Corinthians, do Palmeiras e do São Paulo não acontecem no mesmo dia se todos jogarem em casa. Isso ocorre para que os torcedores não se encontrem no caminho e acabem provocando brigas.

Por conta dessa medida, o Choque-Rei (rivalidade entre Palmeiras e São Paulo) que ocorreu na Supercopa do Brasil deste ano teve que ser realizado no Mineirão, em Belo Horizonte (MG), pois a competição exigia as duas torcidas. Apesar da preocupação, o controle de entrada e de saída dos espectadores de cada equipe foi feito separadamente, assim, evitando uma possível confusão. A partida foi usada de exemplo para uma tentativa da volta das torcidas visitantes nos clássicos, porém, os jogos entre os quatro grandes paulistas seguem com torcida única.

© Dornike



O Pavilhão 9 organizou um jogo beneficente contra uma equipe formada por detentos como parte de um trabalho social na Casa de Detenção

Entenda como as SAFs mudaram a realidade de gigantes do futebol brasileiro

Visto como uma opção para sanar crises financeiras, o modelo de gestão “clube empresa” surge como a última esperança do torcedor para ver sua equipe na elite do futebol brasileiro



Juntos, Ronaldo e Pedro Lourenço, o antigo e o novo proprietário da SAF do Cruzeiro

© Gustavo Aleixo/Cruzeiro

Por João Palhares, Lorena Basília, Nicolas Beneton, Theo Fratucci e Vinícius Evangelista

Uma das notícias que mais movimentou o mercado do futebol brasileiro em 2024 foi a revenda do Cruzeiro pelo ex-atacante da Seleção Brasileira de Futebol e empresário, Ronaldo Nazário. Vendido a Pedro Lourenço, dono dos Mercados BH, o clube se tornou a primeira Sociedade Anônima do Futebol (SAF) revendida do futebol brasileiro. Pedrinho BH, como é conhecido, assinou em abril o contrato de aquisição da totalidade das ações da Tara Sports Brasil, empresa detentora de 90% do Cruzeiro SAF, pelo valor total de R\$ 600 milhões.

“Foi uma questão com a torcida, ele [Ronaldo] viu sua imagem sendo quemada pelo torcedor esse ano. Desde o primeiro momento deixou bem claro que não faria aportes financeiros significativos e tentaria gerar recursos próprios com o clube”, explica Thiago Valu, repórter setorista do Cruzeiro pela TV Band Minas. “Ele teria que melhorar o time com relação ao ano passado. Realmente chegou no teto da dificuldade própria de fazer as contas fecharem”, conclui.

Não foi a primeira vez que o clube belo-horizontino foi peça importante para contar a história das SAFs no Brasil, afinal, o Cabuloso foi o primeiro clube nacional a ter um dono. Foi em 2021, na maior crise de sua história, em um segundo ano de Série B após cair pela primeira vez, que Ronaldo concretizou a operação para adquirir 90% das ações do clube, se tornando acionista majoritário.

“A expressão ‘ter um dono’ é muito malvista aqui [no Brasil]. Os clubes, em sua maioria, já têm donos, como o próprio conselho deliberativo, os sócios; são eles que mandam, e o torcedor tem pouquíssima voz ativa nas agremiações.”, comenta o especialista em gestão e marketing esportivo, Ricardo Grecco. “Enquanto as SAFs são adotadas na Europa há muito tempo, mesmo na terceira década do século, seguimos tendo uma resistência no mercado brasileiro.”

A aquisição do clube mineiro se deu pouco tempo depois da aprovação do projeto de lei (PL 2978/2023) que aprimora a lei da SAF (14.193/2021), em maio de 2021. De autoria dos senadores Rodrigo Pacheco e Carlos Portinho, e com grande contribuição dos juristas José Francisco Mansur e Rodrigo Monteiro de Castro na organização do texto da lei. A lei consiste em permitir a existência de um tipo específico de empresa para gerir clubes de futebol. O que acontece é uma alteração na legislação que faz com que estes clubes migrem de uma associação civil sem fins lucrativos para uma associação empresarial.

A proposição e aprovação da lei da SAF no Brasil ocorre em um contexto em que os cifrões no futebol ficam cada vez maiores, e isso impacta diretamente no dia a dia dos clubes. Times como o Flamengo e o Palmeiras possuem condições para montar grandes equipes, conseguindo disputar todos os títulos do cenário nacional e internacional. Já clubes como o Cruzeiro

e o Vasco, se viram enforcados em dívidas e situações de rebaixamento.

Ricardo ainda destaca que as SAFs são uma “forma de sobrevivência” nesse mundo com más gestões nas associações sem fins lucrativos, tipo de gestão usado pela grande maioria dos times atualmente.

O modelo de sociedades anônimas surgiu no futebol europeu e é muito comum por lá, entretanto, demorou para chegar em solo brasileiro devido a resistência de dirigentes e torcedores. Alguns dos exemplos mais conhecidos dessa aplicação no futebol europeu podem ser vistos em clubes como Manchester City, Chelsea, Milan e Paris Saint-Germain, que em sua maioria recebem aportes bilionários de fundos de investimentos de países do Oriente Médio, como a Arábia Saudita e o Catar.

A respeito do futuro dos clubes brasileiros, Ricardo vê com otimismo a chegada das SAFs e acredita que alguns clubes serão pressionados a aceitar essa chegada de um novo modelo para a direção: “Em relação a clubes em crise, com certeza é o melhor modelo. Alguns times, como o caso do Cruzeiro, chegam em uma situação falimentar a qual o sistema de agremiação não se sustenta mais, e o clube precisa de uma injeção de dinheiro muito alta, o que acaba facilitando a entrada das SAFs devido a carência das agremiações”.

A principal motivação da venda do Cruzeiro teve início em 2019, após irregularidades em transações ilegais de jogadores, dívidas que ultrapassavam os R\$ 500 milhões e tendo sido rebaixado pela primeira vez em sua história, no final do mesmo ano. O repórter Thiago Valu destacou que o escândalo foi não só político, como institucional: “Foi o único clube na história do futebol que foi saqueado da maneira que aconteceu. Se não existisse a lei da SAF o Cruzeiro iria ter uma extinção gradativa, sendo rebaixado até sumir”, explica.

“O Ronaldo Fenômeno não é necessariamente um ídolo absoluto dos cruzeirenses, diferente de quando surgiu no time e realmente era, mas o que encantou o torcedor foi a esperança que a SAF representou naquele momento de crise.”, afirma Thiago.

O setorista ainda explica que, após a transferência da SAF e o novo aporte feito pelo Pedrinho, novos objetivos foram almejados pelo clube, com o novo sócio afirmando no início de sua gestão que a meta do Cruzeiro na temporada é alcançar o G6 do campeonato brasileiro e competir fortemente pela conquista da Copa Conmebol Sul-Americana, a segunda competição mais importante da América do Sul.



© Thiago Ribeiro/AGIF

O ídolo Pedrinho, hoje exerce o cargo de presidente do Vasco, vencendo as eleições do clube em novembro de 2023

Ainda falando sobre o futuro, Thiago não só mantém o mesmo otimismo de Ricardo com esse novo modelo para clubes em crise, como também enxerga essa forma de gerir como sendo a “única esperança” para clubes como o Cruzeiro, Vasco da Gama e Botafogo, que se tornaram SAF após um longo período de crise. O jornalista ainda cita o Corinthians como exemplo de clube que, na sua visão, não teria outra saída para se reestruturar. “Não sei como ainda não se tornou, acho que por conta de guerras políticas internas, mas não enxergo uma outra esperança para o clube dar a volta por cima”, opina.

Botafogo: a SAF que deu certo

Assim como explica o jornalista, a SAF no Botafogo surgiu como uma forma de resgatar o clube de um poço de crises que parecia não ter fim. Após passar anos atolados em dívidas, três rebaixamentos e uma seca de títulos nacionais que vem desde 1995, a torcida e os dirigentes do Botafogo compreenderam que algo precisava ser feito para mudar a situação do clube.

Em 2021, no mesmo ano em que foi aprovada a lei da SAF, a equipe carioca ficou disponível no mercado para propostas de compras do clube. Em dezembro, o empresário americano John Textor, dono da Eagle Football Group, é anunciado como acionista majoritário do Botafogo, sendo a Estrela Solitária o quarto clube pertencente a Textor, que já era acionista majoritário de três times: Lyon, da França, Crystal Palace, da Inglaterra e o RWD Molenbeek, da Bélgica.

O acordo com o Botafogo só entrou em vigor em 2022. Foi concedido a Textor 90% das ações do Botafogo enquanto o Clube Social do time continuou na posse de 10%. A meta inicial foi de um investimento de R\$ 400 milhões nos primeiros três anos de projeto.

Num retrospecto mais atual, a situação do time e da torcida é bem diferente, depois de muito tempo de “vacas magras” e times sem expressão, hoje o Botafogo disputa a Libertadores e o Brasileirão. Com o aporte financeiro de Textor, as contratações do clube aumentaram de nível, entrando em disputa com as agremiações mais ricas do país, como Flamengo e Palmeiras.

Dentre as contratações mais notáveis, se destacam os jogadores Luiz Henrique (Ex-Fluminense e Real Bétis), Tiquinho Soares (Ex-Porto) e Thiago Almada (Ex-Atlanta United e campeão mundial com a Argentina em 2022). Estes atletas são só alguns exemplos que mostram como o Botafogo tem se tornado uma nova aposta no futebol brasileiro devido aos valores e qualidade dos jogadores.

Entretanto, existem ainda incertezas e reclamações vindas, principalmente, da torcida. Estes torcedores contestam Textor em sua maneira de lidar com o Botafogo e os outros times dos quais ele é acionista majoritário, reivindicando que o Botafogo não seria necessariamente o mais importante na visão do magnata. Um exemplo dessa situação ocorreu entre o fim da última temporada e o início da atual: os destaques da equipe carioca, Lucas Perri e Adryelson, foram vendidos ao Lyon, da França, por R\$ 17,3 milhões e R\$ 19,1 milhões, respectivamente.

O Lyon, como já dito, é também um dos times em que Textor é acionista majoritário, e se tratando de um time europeu e que joga na considerada elite do futebol (Premier League), a torcida acredita em determinados momentos que o Botafogo

acaba servindo como um “pit-stop” para o jogador que realmente se destacar, ir trilhar seu caminho na Europa.

Mas nem tudo são flores

Numa situação semelhante à do Botafogo, o seu rival carioca, Vasco da Gama, também se transformou em uma SAF após diversos rebaixamentos e uma longa seca de títulos. E, apesar de ter gerado muitas expectativas entre os torcedores, o projeto acabou se mostrando um fracasso.

O Cruzmaltino vendeu 70% da sua SAF para o 777 Partners, que adquiriu sua parte por R\$ 700 milhões. No entanto, ao longo do tempo, a relação entre torcedor e SAF se desgastou. A torcida e a imprensa começaram a criticar intensamente a 777 por desempenhos esportivos negativos, expectativas não correspondidas, falta de comunicação, pouca transparência com os torcedores vascaínos e uma gestão administrativa ruim. “Pessoas que não gostam do clube e sim do que eles lhe oferecem”, afirma o especialista em gestão e marketing esportivo Ricardo Grecco, sobre a empresa.

Com essa desconexão entre torcida, diretoria e a 777 Partners, o Vasco entrou com uma ação cautelar, comandada pelo ex-jogador e ídolo vascaíno, Pedrinho, conseguindo o afastamento da Partners do comando e a suspensão do contrato. Diante de todos os problemas, eles definiram o valor para venda da sua parte, pedindo R\$ 600 milhões por suas ações. Hoje, o Vasco tem alguns interessados em sua compra, como o grupo FSG, que é dono do Liverpool que tem como sócio o astro do basquete, LeBron James.



© Vitor Silva/Botafogo

John Textor acumula desavenças no futebol brasileiro, a mais grave até hoje com a CBF

Símbolo da supremacia branca aparece nas Olimpíadas de Paris

Competições esportivas foram palco de expressões racistas na França, o que não surpreende o mundo do esporte

Por Leticia Falaschi, Liz Ortiz e
Thaís Ferreira

Quem acompanhou os Jogos Olímpicos de 2024 pode ter se deparado com duas supostas manifestações de apologia à supremacia branca. O conhecido “sinal de OK” foi feito pela treinadora da seleção húngara de ginástica rítmica, Noémi Gelle, durante as classificatórias do individual geral, e por um funcionário terceirizado da equipe oficial de transmissão, cujo nome não foi divulgado, na competição de skate street feminino.

Embora semelhante ao sinal de afirmação, a saudação é usada por movimentos supremacistas brancos e simboliza *white power*, que significa “poder branco” em português. Originado como uma piada no fórum 4chan, amplamente utilizado pela extrema-direita, o gesto ganhou notoriedade em 2017. Naquele ano, a chamada “Operação O-KKK” incentivou muitas celebridades a reproduzirem o símbolo e postarem nas redes sociais, sem que soubessem seu real significado.

Essas postagens inundaram plataformas como o X, antigo Twitter, sendo utilizadas por grupos supremacistas para banalizar denúncias de racismo. Através de contas falsas, extremistas alertaram jornalistas e organizações de direitos civis de que o sinal de “OK” seria um símbolo da supremacia branca. Com a enxurrada de denúncias, os grupos descredibilizavam situações reais de racismo.

Esse gesto passou a ser utilizado como um “dog whistle”, ou “apito de cachorro”, um símbolo que nem todos reconhecem, mas que serve para identificar seus adeptos. Alguns supremacistas brancos começaram a utilizar o sinal entre si ou posar para fotos fazendo o símbolo deliberadamente.



O funcionário fez o gesto em dois momentos da transmissão, justamente quando percebeu que estava sendo gravado

Não é a primeira vez que as Olimpíadas, e o esporte como um todo, são palco de expressões preconceituosas e extremistas. Nos Jogos Olímpicos de 1936, sediados pela Alemanha Nazista, o atleta Jesse Owens teve sua vitória no salto em distância deslegitimada por Adolf Hitler, com base na falsa teoria de que Owens, por ser negro, seria “subumano”. Mais recentemente, o jogador da seleção brasileira de futebol e do Real Madrid, Vinicius Júnior, tem sido alvo de ataques racistas na Espanha. O episódio mais grave ocorreu em maio de 2023, durante uma partida entre o Real Madrid e o Valencia, quando três torcedores chamaram o jogador de “macaco”.

Esses acontecimentos levantam o questionamento do por que os espaços esportivos são frequentemente palco de discursos preconceituosos. O **Contraponto** entrevistou Paulo Motoryn, repórter do Intercept Brasil, que investigou o caso da manifestação discriminatória na final do skate feminino. Segundo Motoryn, eventos esportivos de grande porte acabam refletindo as tensões sociais. “O esporte é um reflexo do que somos como sociedade, por isso o racismo sempre se manifestou. As Olimpíadas são um ambiente que carrega muitas contradições, escancaram nossas intolerâncias, preconceitos e tensões sociais”, afirmou.

O jornalista também mencionou o uso de símbolos pela extrema-direita mundial para se comunicar.

“Acho que eles têm uma particularidade contemporânea, como é o caso do símbolo ‘White Power’, parte de um léxico, um glossário. Não à toa isso surge no submundo da internet”, observou.

Diante das denúncias, o Comitê Olímpico Internacional (COI) conseguiu provas apenas no caso ocorrido durante a competição de skate feminino. Através das gravações do evento, o funcionário terceirizado foi demitido. No entanto, Motoryn destacou a falta de transparência do COI durante sua investigação. Segundo o jornalista, o Comitê informou que entrou em contato com a empresa que subcontratou o funcionário e solicitou o cancelamento de sua credencial, mas não forneceu mais detalhes sobre o caso.

A treinadora húngara Noémi Gelle, por outro lado, não recebeu nenhuma punição por sua ação. De acordo com o Comitê Olímpico da Hungria, o gesto não tinha conotação racista. A ação ainda está sendo avaliada pela Federação Internacional de Ginástica (FIG), mas até o momento não foi esclarecido se haverá punições.

Com a ascensão da extrema-direita no Brasil e em outras partes do mundo, o candidato à presidência dos Estados Unidos, Donald Trump, representa uma esfera supremacista de seu eleitorado. Com os Jogos Olímpicos de 2028 previstos para ocorrer nos EUA, Motoryn comenta que é possível que manifestações de intolerância se repitam, mas espera-se que o esporte tenha a capacidade de questionar essas ideologias com a participação ativa de atletas, equipes e fãs.



A esquerda, a representação do sinal como supremacista e a direita, a treinadora Noémi Gelli executando o gesto

© CazéTV - YouTube

© Montagem: Liz Ortiz

Ensaio fotográfico Da quebrada pro mundo

Por Lídia Rodrigues de Castro Alves

A “Passin Cia de Dança” é a junção de dançarinos de passinho e funk das periferias do Rio de Janeiro e São Paulo. Com direção do coreógrafo Kelson Barros, a equipe apresentou na 21ª Semana das Artes do Corpo da PUC-SP, no Tucarena, o espetáculo “Ou 9 ou 80” que faz referência às 9 vítimas do Massacre de Paraisópolis e aos 80 tiros disparados contra o carro do músico Evaldo Santos, no Rio de Janeiro.

O espetáculo é uma mistura muito bem feita entre dança e denúncia, os dançarinos conseguem despertar na plateia diversos sentimentos em questão de segundos, muita potência no palco, é de chorar, cantar, dançar, gritar e vibrar ao mesmo tempo. Uma apresentação rica em referências e identidade.



Incêndio que destruiu o TUCA, símbolo da PUC-SP, completa 40 anos

Investigações constataram que a causa foi uma falha termoeletrica; reconstrução levou anos

Por Beatriz Gabriele, Guilherme Deptula e Isabela Gama

O Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o TUCA, é filho de uma longa tradição democrática desde sua inauguração, em 1965, com a peça 'Morte e Vida Severina', de João Cabral de Melo Neto. O local foi relevante nas manifestações políticas no período da Ditadura e, posteriormente, em atividades educacionais e sociais no processo de redemocratização no país.

Momento do incêndio

Em 22 de setembro de 1984, exatos sete anos após a invasão da Universidade pelo Coronel Erasmo Dias, um incêndio destruiu o TUCA. No intervalo entre duas peças, por volta das 19 horas e 30 minutos da noite, o fogo teve início no palco e, rapidamente, alcançou cadeiras e telhado. Durante horas, o local queimou. Os bombeiros tentaram combater as chamas, mas não tiveram sucesso. "Pelas 22 horas, o fogo e o TUCA estavam acabados", escreveu o jornal laboratorial da PUC-SP, o Porandubas.

O teatro ficou em ruínas e somente as paredes ficaram em pé. Ninguém se feriu, mas todos viveram o peso da destruição: "sentíamos desolação e indignação", afirmou o ex-aluno da PUC e atual professor de fonoaudiologia da universidade, Luiz Augusto Souza.

Intenção criminosa?

A "indignação" refere-se à hipótese de que o incêndio tenha sido criminoso. As chamas iniciaram-se na noite de 22 de agosto de 1984, exatamente 40 anos após o campus Monte Alegre ser invadido por tropas militares durante a ditadura militar. À época, o pró-reitor comunitário da PUC, Padre Edênio Valle, afirmou em um texto que "[o incêndio] foi um atentado terrorista que deu certo". Porém, as investigações constataram que o fogo ocorreu por uma falha termoeletrica. "Não podemos afirmar [que o incêndio foi criminoso]", respondeu o diretor do TUCA, Sérgio Rezende.

SOS-TUCA

Logo depois do incêndio, foi criado o SOS-TUCA, um grupo de reconstrução para o teatro. Sérgio, que estudou na universidade na década de 1980, descreveu a ocasião como um "movimento muito grande na PUC, momento de união entre nós, os alunos". O SOS-TUCA também reuniu empresários, artistas, instituições privadas e públicas.

Antes do início das obras, o TUCA reabriu de maneira provisória e abrigou



© arquivo PUC-SP

Campanha para a reconstrução do TUCA após incêndio

apresentações teatrais, shows e palestras. Após o tombamento do teatro como Patrimônio Histórico de São Paulo em 1998, iniciou-se a campanha para sua reconstrução.

O projeto de reconstrução foi elaborado pelo arquiteto Joaquim Guedes, que estabeleceu como uma das diretrizes do seu trabalho a preservação da memória do incêndio, mantendo os acabamentos deteriorados e as marcas produzidas pelo fogo nas imagens de tijolo sobre tijolo, deixando, assim, inscrita nas paredes a memória dos momentos trágicos da história do teatro.

Processo de reconstrução

Quem participou ativamente da reconstrução do teatro foi Renato Ganhito, ex-aluno de História da PUC. Ele conta que o Padre Enzo Gusso, em 1987, o contratou para a equipe de reconstrução. Sua função era arrecadar fundos e encontrou uma maneira criativa de fazer isso, contando com a ajuda de Dom Paulo Evaristo Arns: "Eu pedia para ele ligar para os empresários, ele ligava, pedia e eu fazia a operação. Você tinha que ir lá, tinha que convencer a área de marketing de fazer isso, tinha que ver que reciprocidades você daria. Vários insumos para a obra eu consegui assim".

Para a obra do palco, e toda estrutura e equipamentos necessários, Renato procurou o chefe de gabinete do ministro de cultura do presidente José Sarney, Fábio Magalhães, que liberou o valor de toda a obra. "Quem deu um dinheiro grande foi o Ministério da Cultura na gestão do Celso Furtado. Foi muito dinheiro para fazer o palco", relembra.

Reabertura e o TUCA hoje

Em agosto de 2003, o TUCA reabriu. Desde então, o teatro sediou centenas de apresentações artísticas e encontros políticos. Hoje, o local preserva sua história de resistência, ao mesmo tempo que "é um dos principais palcos da cidade de São Paulo", como afirma o diretor Sérgio Rezende.

Em abril de 2014, no jardim do TUCA e na conjuntura da Comissão Nacional da Verdade (CNV), foi instalado o "Monumento ao Nunca Mais", uma iniciativa da Comissão da Anistia que colocou em diversas cidades brasileiras marcos relacionados à anistia política e a Justiça de Transição no Brasil. Esse monumento, criado pela artista plástica Cristina Pozzolon, mostra o TUCA como um local fundamental da luta pela democracia no país e mais um ponto de interesse para os estudantes e visitantes da PUC-SP.

Além de palco para apresentações teatrais, o espaço tem abrigado palestras com importantes personalidades brasileiras de diversas áreas, como o professor e filósofo Mario Sergio Cortella, o comunicador Serginho Groisman e o ator Fábio Assunção, por exemplo. Além disso, recebeu em 2023, o ex-ministro de relações exteriores, Celso Amorim e os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso e Cármen Lúcia.

Outro momento que mostrou a importância do local para a vida política da cidade foi um evento de campanha do presidente Lula em 2022. Nomeado de "Ato pela defesa da democracia e do Brasil", o evento contou com a presença da primeira-dama, Janja, do então candidato a vice-presidente, Geraldo Alckmin, e de políticos relevantes, como Marina Silva, e reunindo centenas de pessoas.

As entraves e conquistas que marcam as leis de incentivo ao cinema no Brasil

Entre passagens de governos as normas públicas do audiovisual são moldadas. Mas o que impede o cinema nacional de crescer continuamente?

Por Beatriz Alencar Gregório da Silva, Isabelli Albuquerque Pontes Silva, Vitória Kauanny da Silva Nascimento

Em janeiro de 2024 uma nova lei de cota de tela foi sancionada. O PL nº 5.497/19 marca o começo de uma novidade na etapa de distribuição dos filmes nacionais já que, desde 2021, quando a antiga regra foi revogada durante o governo Bolsonaro, os cinemas diminuíram a quantidade de obras brasileiras em exibição. Segundo dados do Sistema de Controle de Bilheteria (SCB) de 2012 a 2019, 13% do conteúdo exibido nos cinemas do país era nacional; mas, em 2023, o número caiu para 1,4%. A recém-adquirida medida é mais um capítulo na história das leis públicas ao audiovisual brasileiro, que foi obrigado a recomeçar sua estruturação nos anos 90 e, desde então, vem tentando se firmar.

A Lei 7.505, chamada de Lei Sarney, sancionada em 2 de julho de 1986, foi a primeira legislação federal de incentivo fiscal à produção cultural. Ela representa um marco nas relações entre o Estado e a cultura depois da ditadura militar no Brasil, que censurou e aboliu a produção artística e intelectual. Entretanto, a lei durou pouco e foi revogada em 1990.

A Embrafilme, principal responsável pela produção e distribuição do cinema nacional durante os anos 70, foi extinta no primeiro ano de mandato de Fernando Collor, em 1990, fato que corroborou para a paralisação do regulamento público do audiovisual e, portanto, do próprio cinema brasileiro durante o começo da década.

Mais adiante, em 1991, a Lei Rouanet – que ainda hoje permanece em vigor –, veio à tona. Por meio dela, pessoas físicas e jurídicas puderam oferecer incentivos financeiros para beneficiar projetos culturais como museus, teatros e exposições e em troca, o governo abate parte do valor das despesas no imposto de renda, estimulando diretamente o fomento à cultura.

Mesmo com esses avanços, não foi o suficiente para compensar o fim da Embrafilme. Quando Itamar Franco assumiu a presidência, não existiam tantas leis no setor, resultando na necessidade de uma reforma de base. Assim, surgiu a Lei do Audiovisual em 1993, que funcionou como um incentivo fiscal.

Com a criação da Agência Nacional do Cinema (Ancine), órgão oficial do governo federal para fomentar, regular e fiscalizar a indústria cinematográfica nacional, em 2001, foi o momento em que o setor público conseguiu importantes marcos governamentais para o cinema e, também, o estabelecimento da lei de cotas de telas, que esteve em vigor por 20 anos.

“Política pública cultural precisa ter continuidade” afirma Marina Rodrigues,

produtora executiva focada em políticas públicas no audiovisual. Ao comparar nossas diretrizes com a de países que são conhecidos por investirem na sua produção cinematográfica, a profissional expôs algumas diferenças que permitiram a discrepância. “A Coreia do Sul, há mais de 30 anos, tem estímulo e política cultural muito forte que nunca se quebrou – na verdade, pelo contrário; o governo investiu ainda mais. Assim foi também na França. Isto estimulou as pessoas a reconhecerem sua própria cultura. Nós, não. Fizemos um caminho inverso: condicionando nosso olhar ao produto estrangeiro”, explicou.

“Nenhum dos governos olhou com mais carinho para o audiovisual depois que a Ancine foi criada”, declarou Marina. A falta de atenção resultou em um baixo conhecimento por parte do público sobre as leis de incentivo à cultura e sua importância para o cinema nacional. Neste mesmo raciocínio, a produtora executiva e professora, Laura Terra, em entrevista ao **Contraponto**, disse que a partir do momento em que a burocracia dos incentivos e como a prestação de contas e fiscalização são entendidas, é possível enxergar a produção cultural como um artigo: “A cultura brasileira não é vista por uma boa parte como um mercado, então automaticamente isso diminui o investimento”.

O objetivo da Lei de Cota de Tela, de 2024, é incentivar o consumo e a autossuficiência das produções nacionais, o que acaba promovendo uma espécie de cota que estipula a obrigatoriedade de reservar um número determinado de salas para a exibição de estreias de longas nacionais. A sanção valerá até o ano de 2033.

Apesar disso, para se ter uma concretização dos valores de democratização cultural por meio dos incentivos fiscais, faz-se necessário um controle mais rígido da aplicação da norma com monitoramento dos projetos durante toda a fase de execução. Porém, ninguém sequer “sabe como é que isso [uso da lei] é feito, ou como que esse dinheiro chega até a produção cinematográfica”, analisou Marina.

As plataformas de *streaming*, que estão se tornando cada dia mais populares, facilitam o acesso a filmes e séries. Porém, de acordo com uma pesquisa realizada em 2023 pela Ancine, dentre os títulos disponíveis em seus catálogos, apenas 10% são de origem brasileira. Ao entrar na página inicial de um serviço de *streaming*, os primeiros filmes a serem recomendados são estrangeiros, o que acaba excluindo títulos nacionais na plataforma.

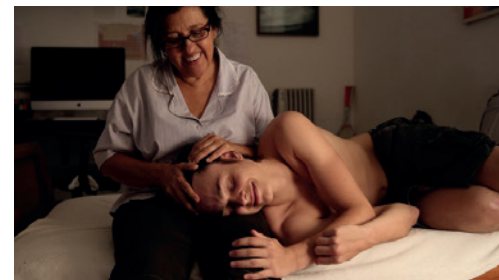
A produtora Marina Rodrigues defende a importância de uma ordem de cotas para os catálogos das plataformas. “Essa questão do algoritmo é muito prejudicial para nossa visibilidade no *streaming*. Esse é um desafio muito grande, porque a gente tem produzido para a plataforma, mas o filme acaba não sendo visto. É muito difícil porque a gente precisa estar sempre fazendo boca a boca.”, disse sobre as leis não terem se adaptado ainda às tecnologias.

Além do algoritmo que induz o público a consumir produções estrangeiras, o povo brasileiro não recebe incentivo para assistir filmes nacionais. E, para a professora Laura Terra, esse problema existe desde a infância. “Não crescemos consumindo conteúdos brasileiros, é raro, infelizmente. Automaticamente nos acostumamos com os internacionais. Por esse motivo, mesmo tendo conteúdos excelentes no Brasil, há uma resistência pela falta de familiaridade com esse tipo de produto”.

No fim, cria-se um ciclo em que as leis de incentivo são alteradas de governo a governo, impedindo com que o cinema nacional avance de forma contínua e firmada em sua significância para o fomento à cultura no Brasil. A construção para a ascensão destes trabalhos deve ser feita por meio da conscientização da população e, também, por meio do incentivo monetário para as produtoras nacionais.



Central do Brasil, filme de Walter Salles produzido com auxílio das leis Rouanet e do Audiovisual, indicado ao Oscar de Melhor Filme Internacional em 1999



Com direção de Anna Muylaert, 'Que Horas Ela Volta' é um filme produzido em parceria com a Ancine, ganhou o Prêmio Grande Otelo do Cinema Brasileiro em 2016

© ABC (Academia Brasileira de Cinema)

© ABC (Academia Brasileira de Cinema)

Como a recessão econômica nos EUA altera a sonoridade da música pop

Em um cenário de desgaste econômico, as canções americanas refletem o espírito festeiro da população

Por Giovana Laurelli, Luis Henrique Oliveira, Marcelo Barbosa, Nathalia Teixeira e Victória da Silva

A arte não só reflete o cenário de determinada região, como também traz um escape da dura realidade. Assim, quando um país entra em períodos de recessão econômica, como os Estados Unidos têm enfrentado nos últimos meses, canções de grandes artistas pop idealizam esses pontos de fuga da crise. Sonoridades diferentes, ritmos dançantes e letras que protestam a instabilidade do cenário atual são aspectos de análise, já que essas características têm influenciado os comportamentos e as emoções dos americanos.

O fenômeno em período de crise econômica

A recessão econômica é um período geralmente caracterizado por dois trimestres consecutivos de queda no PIB. Isso pode resultar no aumento do desemprego, na retração do consumo e na diminuição dos investimentos, criando um cenário de incerteza e desacelerando o crescimento econômico.

No contexto dos Estados Unidos, ainda não há uma recessão econômica, mas há sinais de desaceleração, com o crescimento anual de 1,4% no período de janeiro a março, sendo esse o menor crescimento desde o segundo trimestre de 2022. O país apresenta uma piora no mercado este ano, com a menor taxa de contratação em cerca de três anos.

O *Recession Pop* (ou “Pop de Recessão”, em tradução livre) não está em livros sobre a história e jornada da música. Ainda assim, teorias online e discussões entre apreciadores do gênero vem confirmando o retorno dessa tendência na indústria fonográfica.

O pop de recessão é o nome dado ao estilo musical característico das criações estadunidenses entre dezembro de 2007 e junho de 2009, período da chamada Grande Recessão. Com a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, a economia mundial viveu um cenário intenso de crise. Durante a recessão, a música pop assumiu uma sonoridade facilmente reconhecível pelo público: dançante, animada e pronta para fazer seus ouvintes esquecerem dos próprios problemas.

Artistas como Katy Perry, Kesha, Pitbull, Lady Gaga e o grupo Black Eyed Peas são alguns dos nomes que vem à mente ao falar da música pop dos anos 2000. Todos produziram músicas alegres, que continham letras sobre amor e festas,



© Bing Guan

Cantora Kesha fotografada em show por um fã, em 2010

com ritmos feitos para as baladas estadunidenses e internacionais.

Para o musicologista e pesquisador em música popular Joe Bennett, professor da Berklee College of Music, esse fenômeno vai além das demandas do público por músicas de escape. Em entrevista ao site de economia *MarketWatch*, Bennett comenta que os próprios artistas são impactados em sua escrita pelos tempos desafiadores. Durante as recessões e períodos de economia frágil, “a música tende a seguir um de dois caminhos” afirma. “Você pode narrar as dificuldades: pode escrever letras sobre estar triste, miserável e economicamente desamparado, ou você pode dizer ‘Somos todos pobres. Vamos festejar’”.

É possível identificar que as temáticas e a sonoridade da música pop seguem essa mesma métrica há décadas, iniciando com uma das piores crises financeiras da história do capitalismo: a Grande Depressão. Nos quase cinco anos em que a economia esteve em estado crítico, a música americana refletiu esse cenário. A canção “Over the Rainbow”, de Judy Garland, foi lançada com o filme *O Mágico de Oz*, em 1939, e aborda a esperança e os sonhos. Já

“God Bless America”, da cantora Kate Smith, foi lançada em 1938 e ficou conhecida por ser uma canção que exalta a nação estadunidense. O swing de 1937 “Sing, Sing, Sing (With a Swing)”, de Benny Goodman, e “Puttin’ on the Ritz” de 1930, do cantor Harry Richman, utilizam ritmos dançantes e eletrizantes, além de letras entusiasmadas sobre dança, festas e alegria para convidar o público americano a uma paz momentânea.

Nos anos 2000, a tendência das músicas festeiras em momentos de crise pode ser exemplificada com inúmeros sucessos. Podemos pensar, por exemplo, em “Just Dance”, música do álbum homônimo de 2007 da multipremiada Lady Gaga ou “I Gotta Feeling”, música ambiente das festas de 2008 gravada pelo grupo Black Eyed Peas. O álbum de estreia *Animal* (2009) e o EP *Canibal* (2010) da artista californiana Kesha também serviram de acalento para jovens desesperados por festas e conforto, assim como o renomado álbum *Teenage Dream*, da também californiana Katy Perry, que emplacou o marco histórico de cinco singles com certificado de diamante (quando ultrapassa de 10 milhões de vendas).

Exemplos atuais

Brat, álbum lançado por Charli XCX em junho deste ano, é o maior exemplo da volta do pop de recessão. A britânica traz em 41 minutos um *hyperpop* dançante e letras sobre festejar a vida, muito parecido com o que Kesha fez em 2009. A escolha para os singles da era não deixa escapar: em “Club Classics”, Charli canta a respeito de se soltar na pista de dança sem preocupações enquanto se “é cegado pelas luzes” – simulando a experiência de estar em uma balada.

Além disso, Charli XCX consegue trazer de volta toda a essência do pop de 2009 com o *Brat* e seus clipes esbanjando uma vida de curtições, músicas eletrônicas e letras hedonistas. A estética do álbum se tornou uma febre entre os jovens, que almejam viver um “verão BRAT” baseado no videoclipe da faixa “360”, ou seja, uma vida de festa com os amigos ao lado.

A celebração pela vida e a fuga de preocupações é algo recorrente nessas canções. Kesha, uma das pioneiras no pop de recessão, fez isso com maestria e trouxe essa essência de volta em julho, no single “Joyride”, no qual compara a vida com uma corrida de carro. Katy Perry, outra veterana que atingiu seu auge durante a última

recessão por trazer canções agitadas e encorajadoras, também voltou com “Woman’s World” e “Lifetimes”, singles para seu próximo álbum “143”.

Para Karen Oliveira, estudante de Marketing na USP e consumidora árdua de música pop, as canções mais explosivas e animadas influenciam no comportamento das pessoas. “Ainda mais pensando em músicas como as da Katy, o ritmo e a letra ‘chiclete’ ajudam a mudar – pelo menos temporariamente – o humor das pessoas”, afirma a estudante.

Dua Lipa bebe muito dessa fonte em seu terceiro álbum de estúdio “Radical Optimism” (“Otimismo Radical”, em português). O disco, que traz canções animadas que grudam na cabeça, aborda como superar os desafios e continuar com a cabeça erguida em meio às dificuldades. A própria capa do álbum mostra isso: nela, vemos Dua serena enquanto a figura de um tubarão se aproxima, significando a positividade durante situações complicadas da vida.

Outro nome que ascendeu e vem conquistando os apreciadores de música pop é a novata Chappell Roan. Em suas letras, a artista consegue retratar suas vivências como pessoa *queer* em uma sonoridade dançante, formando um estilo único e autêntico. Desde que surgiu, Chappell tem sido comparada à Lady Gaga por internautas nas redes sociais. Para exemplificar, a canção “Hot To Go”, presente em seu álbum de estreia “The Rise and Fall Of a Midwest Princess”, se tornou *trend* entre os jovens na plataforma do TikTok, subindo cada dia mais nas paradas da Billboard.

A produtora cultural Camille Bittencourt explica que, nesses períodos de crise econômica, “há uma valorização de experiências culturais que promovem a conexão social, como shows e eventos

musicais que se tornam pontos de encontro e escapismo”.

As turnês de grandes artistas, como a *The Eras Tour*, de Taylor Swift, e a *Guts Tour*, de Olivia Rodrigo, são exemplos de como os shows se tornaram uma fuga da realidade para as pessoas. A emoção de ver de perto seus artistas favoritos faz com que se esqueça os problemas da vida e alguns até não se importam de se endividarem, contanto que encontrem o conforto que procuram.

Não só em shows esse alívio pode ser encontrado. A produtora conta que a diferença dos anos 2009 para hoje é a forma como as redes sociais são consumidas. “As campanhas digitais se tornaram muito importantes nesse processo, permitindo que artistas alcancem um público ainda maior que, mesmo que não tenha condições financeiras, possa ser impactado por essas obras”.

A influência que o TikTok exerce na indústria musical atualmente é primordial para entender como o pop de recessão consegue se instalar rapidamente. O aplicativo torna as músicas virais a partir de coreografias e *trends* (tendências), que acabam promovendo essa conexão e um senso de comunidade. Isso transforma as plataformas digitais em parte dessa celebração coletiva, sendo palco para o alívio emocional que o pop de recessão oferece.

Na América Latina

Assim como nos Estados Unidos, a indústria responde às dificuldades econômicas e sociais a partir da música, e outros países também têm suas próprias formas de expressão que proporcionam alívio e conforto. Em tempos de crise, a música acaba sendo a forma de alienar e mascarar os problemas estruturais com otimismo, a

fim de trazer uma sensação de contentamento ao consumidor final.

Cada país tem seu próprio reflexo do “pop de recessão”. Se analisarmos o Brasil, o funk carioca, que surgiu nos anos 2000, possui uma trajetória bem semelhante com o que vimos na indústria norte-americana. O funk surge para entreter a comunidade, a fim de conectar esse público com uma música alegre que, mais tarde, será difundida para todo o Brasil e se tornará um símbolo de representatividade da cultura nacional.

Em outros países da América Latina, o *reggaeton* também explodiu como um movimento que, apesar de suas raízes humildes, prega uma mensagem de felicidade, prosperidade e resiliência. Não há como não relacionar esses dois fenômenos aos efeitos do pop de recessão.

Otimismo no ritmo

Com a possibilidade de uma recessão econômica que os Estados Unidos enfrentam neste ano, a população lida com uma série de desafios complexos, como a inflação em alta e o aumento inevitável dos preços de bens essenciais, diminuindo o poder de compra das famílias – que estão adaptando seus hábitos de consumo – que buscam manter os padrões de vida.

Em resposta, ressurgem o pop de recessão, um ciclo já conhecido no contexto político norte-americano. Agora, entretanto, ele é mais que um simples gênero musical e ultrapassa as barreiras, tornando-se uma atmosfera no entretenimento. Essa ideia presente em letras esperançosas, de frequências altas e que romantizam o “viver a vida”, se tornou um *lifestyle* nas redes sociais e arrasta uma legião de indivíduos que desejam uma valorização da época em que estão vivendo.

Propositalmente ou não, esse é o escapismo que o pop de recessão provoca. Por um lado, ele ajuda aqueles que enfrentam períodos difíceis a se manterem firmes e a encontrarem motivação para lidar com a dura realidade. Por outro, existe um certo cuidado que os fãs devem ter ao esquecer o que de fato está acontecendo no país para que a busca por alívio não se transforme em uma fuga completa da realidade. É importante equilibrar esses dois lados, para então não se deixar levar pela lógica da cultura de massas, que resulta em um consumo vazio e sem profundidade de obras musicais.

A cantora Charli XCX apostou no verde “brat” e acertou. Tornou-se um movimento nas redes sociais



© Brooke Frischer

Na fila: acervo de discos da PUC-SP espera sua vez na playlist de prioridades

Uma coleção histórica de discos de vinil da Universidade permanece oculta, enquanto enfrenta desafios de preservação e falta de visibilidade



© Maria Eduarda Jussiani

Por Ana Luísa Pires, Guilherme Deptula, Maria Eduarda Jussiani, Mayara Neudl e Romulo Santana

Do outro lado da Rua Monte Alegre, uma coleção histórica de discos de vinil se acumula escondida nos laboratórios de áudio. Poucos alunos sabem da existência do local e, os que conhecem, não são capazes de quantificar o tamanho do acervo. “Em torno de três mil discos”, afirma o técnico de rádio da PUC, Ernesto Foschi.

Entre a coleção, estão inúmeros discos de MPB, atrações internacionais, exemplares censurados pela ditadura, gravações no TUCA e algumas raridades como um bolachão – como são chamados discos de vinil – de Raul Seixas avaliado em R\$ 2 mil: “descobri isso quando assisti a um episódio na TV Cultura sobre vinil”, comenta o técnico em áudio.

Iniciado há 33 anos, o acervo surgiu a partir da doação de 150 discos por um ex-aluno de jornalismo, Guilherme Whittaker Penteado. “Na época, o CD estava no auge. Então ele quis guardar os vinis em um lugar seguro, com a garantia de que

estariam lá quando precisasse”, afirma Ernesto. Com o tempo, professores, funcionários e outros estudantes também ofereceram seus discos.

Segundo a Pró-Música – entidade que representa as principais gravadoras do Brasil –, no último ano, os LPs, longa duração, em inglês, superaram as vendas de CDs pela primeira vez e movimentaram cerca de R\$11 milhões na economia.

História contada através do som

Os milhares de discos estão disponíveis em vários formatos, materiais – acetato, vinil, compacto – e diferentes gêneros. “Tem até discos de aulas de inglês”, brincou Ernesto.

A “joia do acervo”, segundo ele, é um disco feito por um fã-club de Raul Seixas, avaliado em R\$2 mil reais. O técnico explicou que o disco conta com depoimentos do cantor no estúdio Free, em 1989.

“Profana”, disco de Gal Costa lançado em 1984, é apenas um no meio de inúmeros discos do acervo que se tornaram

peças históricas e praticamente raras. Na obra em questão, Gal performa uma sonoridade experimental e, entre as faixas, ela se aventura em gêneros como o rock, pop, mpb e até mesmo o forró. A faixa inicial, “Vaca Profana”, escrita por Caetano Veloso, teve sua execução pública proibida pela “DCDP”, Divisão de Censura de Diversões Públicas, por “ferir a moral e os bons costumes”.

O disco ‘As Aventuras da Blitz’, da banda Blitz, também foi censurado pela ditadura. Na época, o álbum foi recolhido em todo país e as faixas foram riscadas para não serem ouvidas. Ernesto também apresentou ao jornal **Contraponto** os compactos que eram enviados pelo governo militar com jingles para divulgar as ações governamentais.

Entre o acervo, Ernesto destacou dois discos gravados no teatro TUCA: o show de João Bosco em 1983 e o depoimento de Silvio Caldas para o arquivo de som e imagem da PUC em 1974.



Disco de Silvio Caldas gravado exclusivamente para o arquivo da PUC e disco do João Bosco ao vivo

Esquecidos pela entidade, desconhecidos para a comunidade

O **Contraponto** 137, edição Setembro/Outubro de 2023, relatou sobre o abandono da Videoteca da PUC-SP, localizada na biblioteca da Nadir Gouvêa Kfourir. Na época, a apuração revelou que a comunidade desconhecia a existência do acervo de vídeo escondido atrás de portas trancadas, semelhante ao acervo de áudio.

Outra coisa que ambos os acervos têm em comum é a falta de disponibilidade de meios de reprodução. No caso dos vinis, a única vitrola disponível está ligada à mesa de trabalho de Ernesto. Algo semelhante acontece com a videoteca. Após a reportagem, Antônio Maricato, responsável pela biblioteca, viabilizou a disponibilidade de uma tela, um videocassete e um Blu-Ray que reproduz DVDs, no entanto o aparelho não lê alguns discos brasileiros, somente estrangeiros.

Lara Wanderley, aluna do penúltimo semestre do curso de Comunicação e Multimeios, diz ter conhecido o acervo no início desse ano, por conta das disciplinas extracurriculares que cursou em Jornalismo no laboratório de rádio. “Eu acho que ele podia ser mais usado por alunos de outros cursos, mas para isso ele precisaria ser mais divulgado pela instituição, porque é um espaço que ninguém conhece”, opina a universitária.

A Pró-reitoria de Cultura e Relações Comunitárias da PUC-SP direcionou a entrevista a Fábio Cypriano, diretor da FAFICLA, Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, responsável pelo Laboratório de Rádio, que abriga o material em vinil.

No dia anterior à entrevista de Ernesto, Fábio Cypriano visitou o local e conversou com o técnico de rádio a fim de entender mais sobre a existência da coleção, a conservação do material e a utilização do acervo pela comunidade.



As etiquetas da catalogação são todas feitas à mão

O futuro da coleção

No entanto, Ernesto expressa sua preocupação com o futuro da coleção, “a reitoria, a FUNDASP, as pessoas não sabem que o acervo existe, por isso não fazem nada a respeito”.

Quanto ao lugar ideal para disponibilizar a coleção ao público, Ernesto sonha com a criação de um espaço dedicado dentro do laboratório. “Gostaria de criar um memorial de áudio, vídeo e foto, onde todos os alunos possam acessar e escutar os discos”, sugere. Ele tem planos de realocar o acervo até o próximo ano, tirando-o do estúdio para uma sala mais adequada.

Uma ideia semelhante foi adotada na biblioteca do Centro Cultural São Paulo, o CCSP, onde as duplicatas dos discos de vinil disponíveis na coleção privada foram catalogadas e disponibilizadas ao público. Qualquer visitante pode pegar qualquer disco, assinar uma lista com o disco escolhido e utilizar a vitrola e os fones de ouvido por duas horas diariamente.

Apesar dos desafios, ele ainda tenta catalogar os discos: “Estou tentando organizá-los, comecei pelos nacionais, mas são muitos”, e admite que precisa de um estagiário.

Ernesto também menciona a ideia de criar uma rádio web para transmitir o conteúdo da coleção, mas reconhece as dificuldades. “Seria necessário um software específico e um espaço físico adequado, mas sei que é complicado tirar isso do papel”, propõe.



Ernesto e o disco de João Nogueira, um dos grandes do samba da época

“Mas eu não sou um artista. Talvez um artista com a minúsculo”

Filme conta os dramas e luxos da vida traumatizada de John Galliano

Por Gabriela Jacometto

O documentário *High & Low*, ou “Ascensão e queda”, em português, dirigido por Kevin Macdonald, é estruturado de forma bastante convencional para um filme que reconta a inexplicável queda de um dos maiores nomes da moda. Sendo contado de maneira cronológica, o filme intercala filmagens de arquivos com entrevistas de cabeças falantes e trechos de uma conversa do diretor com o próprio Galliano de seis dias.

Ao abordar a carreira de uma figura tão grandiosa, o diretor conhecido também por “Whitney” e “O Último Rei da Escócia” precisa enfrentar o aspecto mais infame do estilista: suas sucessivas explosões antissemitas, que resultaram em um processo no tribunal francês e sua demissão como diretor criativo da Dior em 2011. O documentário começa exatamente por aí – com o discurso racista de Galliano, exibido em toda a sua chocante e horripilante realidade.

Macdonald documenta a vida de Galliano como se ele desenterrasse cada detalhe em busca de pistas, sinais e justificativas para entender o que levou aos acontecimentos. Somos imersos na sua mais íntima realidade desde muito novo. Cresceu numa família hispano-gibraltina migrante, que se estabeleceu em Londres quando ele tinha seis anos. O jovem aprendeu a ser criativo e criar o seu próprio mundo enquanto sua homossexualidade era reprimida dentro de casa.

O longa-metragem traça um retrato detalhado de uma criança que buscou refúgio na imaginação para escapar de uma realidade doméstica difícil. Um homem cuja experiência como frequentador do movimento “New Romantics”, aliado à sua paixão intensa à história, arte e cultura mundial, foi levado da faculdade de moda, “Central Saint Martins” a contratos com a Givenchy e a Dior.

“A alegria de se vestir é uma arte”

Modelos jogando Cavalas Frescas na plateia; imitando leões enquanto nus em um elevador de hotel por quatro horas seguidas; um estilo característico de cortar tecidos no viés, dando origem aos icônicos vestidos pretos justos que dominaram os anos 90 e continuam a influenciar a moda.

O estilista se tornou grande fonte de inspiração para gerações mais jovens de designers que desejavam seguir seus passos. Ele cativou esses aspirantes com a ideia da moda como a forma suprema de fusão criativa: referências históricas, pinturas favoritas e conceitos peculiares transformados em tecidos, resultando em peças que não apenas podiam ser usadas, mas também fazia declarações preconceituosas que transcenderam a soma de suas costuras.

O desfile de moda de graduação que o lançou ao estrelato – Les Incroyables, inspirado na Revolução Francesa – deu início a várias produções de passarela que definiram sua carreira, culminando na oferta para assumir o papel de diretor criativo da Givenchy. Logo depois, foi nomeado para o mesmo cargo na Dior. Foi nesse momento que Galliano alcançou níveis inéditos de fama e adulação, ao mesmo tempo em que sua saúde mental começou a declinar drasticamente.



© Niall McInerney

Les Incroyables, de John Galliano, Desfile de sua graduação na Central Saint Martins College of Art and Design, Londres, 1984

“Se quer algo fácil, não escolha moda”

O escapismo da realidade e o refúgio na imaginação passaram a ser os alicerces para o trabalho inovador de Galliano, mas à medida que seus desfiles de moda se transformam em voos cada vez mais audaciosos por causa de suas fantasias, com modelos que mais se assemelham a atores do que a meros exibidores de roupas, sua conexão com a realidade também começa a se desvanecer.

Os vícios em trabalho e a dependência química começaram a dominar. O britânico precisou enfrentar, na mesma época, perdas devastadoras em sua vida pessoal – primeiro a morte do pai e, depois, a de Steven Robinson, seu braço direito e amigo –, enquanto as exigências implacáveis de ser um designer de moda não davam trégua. Em uma sessão particularmente reveladora, Galliano descreve o esforço de criar mais de 32 coleções por ano. “Você só é tão bom quanto à sua última coleção, o que é muita pressão” (tradução livre).

Dior, Alta-Costura – 2005



© WWD Archive

“Divino Ego”

O diretor faz paralelos do estilista com recortes de clipes em preto e branco do filme mudo de Napoleão de 1927, a melancolia do próprio estilista contamina o filme. A comparação destaca o complexo divino crescente de Galliano, sua parte “napoleônica de ego” que retoma a preocupação com a figura pessoal do francês ao longo da vida.

Os altos impetuosos e efêmeros de entregar uma produção de passarela aclamada pela crítica são frequentemente seguidos pelos altos e baixos, entre farras duradouras e depressão profunda. *High & Low* é ao mesmo tempo uma recontagem envolvente da vida e obra vibrantes de Galliano, é um retrato de uma indústria de luxo em rápido crescimento e uma reflexão frustrada sobre redenção. A beleza fascinante e quase inatingível presente nas roupas, nas narrativas e nas fantasias criadas por Galliano é pressionada pela necessidade do mercado de transformar a arte em um produto acessível, destinado às mesmas pessoas que sustentam as casas de moda.

O longa não oferece respostas simples ou convincentes sobre as razões e consequências do comportamento moralmente questionável de uma figura pública. Galliano, agora ativo novamente como designer na pequena, porém respeitável, casa de moda Maison Margiela, apresentou um desfile de alta-costura em janeiro que foi recebido de forma exuberante.

© Courtesy Maison Margiela



Maison Margiela, Couture 2024 por John Galliano

Macdonald conviveu com uma personalidade teatral e com a habilidade notável para narrar sua própria vida. Mas ele não se deixa envolver pelo personagem e relata contradições no comportamento do designer com ele e com outras pessoas. Logo no início de *High & Low*, Galliano declara corajosamente: “Vou contar tudo a vocês”, mas, na prática, ele revela muito pouco – não está claro se devido à incapacidade de se abrir sobre tais falas ou a falta de disposição.

Há questões urgentes em torno de Galliano: O gênio criativo pode justificar falhas morais? Devemos, ou podemos, separar a arte do artista? As pessoas merecem segundas (ou até quartas) chances? E quem decide quem merece essas oportunidades? Talvez a verdade seja que a moda já viveu sua era de ouro, mas para ter esperança de uma nova era, seja qual for sua forma, é necessário olhar para o futuro.

Filme “É Assim que Acaba” se perde no convencionalismo hollywoodiano

Adaptação de livro para o cinema aborda violência doméstica com sensibilidade, mas perde profundidade em meio a disputas nos bastidores e roteiro superficial



© Sony Pictures

Justin Baldoni e
Blake Lively
interpretam os
protagonistas
Ryle e Lily no
longa-metragem

Por Bruna Zanella Caramelo Damin

Filmes adaptados de livros *best-sellers* são como aquele jantar preparado com uma receita de internet: as fotos são lindas, mas a execução muitas vezes fica aquém. *It Ends With Us* (título original da obra), baseado no fenômeno literário da norte-americana Colleen Hoover, é um desses casos. O filme tenta, com o esforço de um corredor amador em sua primeira maratona, capturar a complexidade emocional de uma história que tem como cerne a violência doméstica, mas tropeça nas próprias ambições.

A começar pelo básico: Blake Lively – conhecida principalmente por seu papel na série de drama *Gossip Girl* – interpreta Lily, uma jovem que arrasta consigo cicatrizes do passado enquanto tenta construir um futuro ao lado de Ryle, um neurocirurgião vivido por Justin Baldoni, que também se arriscou na direção do longa. A química entre os dois até que funciona bem em um nível superficial, mas à medida que a trama avança, você começa a perceber que falta profundidade. A sensação é de que algo crucial foi diluído no processo de adaptação do livro para a tela – talvez em nome de uma palatabilidade hollywoodiana, que busca sempre o equilíbrio entre o drama e o entretenimento leve.

Agora, para quem leu o livro, prepare-se para uma experiência diferente. O filme

dá uma polida nas arestas mais afiadas da narrativa original, optando por uma abordagem mais sutil e menos gráfica da violência doméstica. Isso poderia ser uma escolha interessante, se bem executada. Mas, na prática, acaba funcionando como uma versão mais *light* da história, que deixa de lado o impacto visceral em troca de uma elegância visual que parece fora de lugar. É como se estivessem com medo de deixar o filme feio, quando a feiura é exatamente o que torna a história de Lily tão poderosa.

Os bastidores dessa produção são um capítulo à parte. Blake Lively, que não é novata em grandes produções, estava em uma posição desconfortável, tanto como protagonista quanto como produtora. Relatos apontam que suas ideias para o corte final foram deixadas de lado por Baldoni, resultando em uma versão que não parece agradar plenamente a ninguém. E, convenhamos, quando o diretor e a estrela não conseguem se entender, isso inevitavelmente acaba virando manchete.

A estética do filme, com suas paletas de cores cuidadosamente escolhidas e ângulos de câmera suaves, juntamente às escolhas de figurinos deveras peculiares – principalmente para a Lily –, tentam dar uma certa leveza para uma história profunda e pesada. Só que essa leveza acaba jogando contra a narrativa. O resultado é um filme que se esforça tanto para não chocar o público que acaba por não dizer muita

coisa. É como aquele amigo que não quer ofender ninguém, mas que, no final, não tem uma opinião de verdade sobre nada.

E o que dizer da atuação? Lively entrega uma performance decente, mas sem grandes destaques. Baldoni, por outro lado, parece mais preocupado com a direção do longa do que com sua performance diante das câmeras, construindo, assim, uma dinâmica que não consegue carregar o peso emocional que a história exige. E isso é uma pena porque o material de origem de Colleen Hoover tem potencial para muito mais.

No final das contas, *É Assim que Acaba* é como um prato bonito de um restaurante chique, mas que falta aquele tempero especial. Há uma tentativa clara de abordar a violência doméstica com mais sensibilidade, mas a execução fica no meio do caminho, deixando a impressão de que o filme poderia – e deveria – ter ido muito mais além. Para os fãs do livro, que esperaram ansiosamente pelo longa, é uma adaptação que pode decepcionar. Para os novos espectadores, pode parecer apenas mais um drama hollywoodiano tentando ser relevante socialmente. E, no fim das contas, talvez o problema seja exatamente esse: em sua busca por relevância, *It Ends With Us* acaba se perdendo na superfície, sem nunca realmente mergulhar no que faz essa história ser tão dolorosamente real.

Em Pinheiros, o restaurante Gael Comida Mestiça ganha pelo ambiente aconchegante

Com cardápio versátil, casa aposta em refúgio verde em meio ao cenário urbano em bairro agitado de São Paulo

Por Laura Naito

Versátil e surpreendente, o Gael te deixa intrigado desde o primeiro momento. O restaurante aparenta ser pequeno até seguir pelo corredor estreito, e se deparar com mais de um salão para receber o público. Da mesma forma, o cardápio não fica para trás e é impossível não encontrar algo ali.

No meio da agitação e da imensidade de opções do Baixo Pinheiros, na Zona Oeste da capital paulista, o Gael Cozinha Mestiça se destaca por oferecer um refúgio aconchegante no meio da metrópole. A sensação é de comer fora, ao ar livre.

O restaurante valoriza a simplicidade e a comida de afeto, com um menu diversificado, inspirado por diversas gastronomias mundiais. É ideal para saborear no café da manhã, no almoço, no *brunch* de fim de semana ou em um jantar romântico. É dessa ideia, também, que surge o nome Gael: tem muitos significados e sua origem está presente em várias culturas, mas basicamente significa “generoso, belo, que protege e é abençoado”. O lema do restaurante é fazer com capricho, com qualidade e com a alma.

As entradas mais populares são os bolinhos de arroz acompanhados com molho de pimenta, a *bruschetta* de aspargos com ovo perfeito e presunto parma, e os dadinhos de tapioca. Além do espaço Padoca na entrada do restaurante, o menu também oferece desde opções de comida japonesa até clássicos italianos, e sopas quentes e frias.

No entanto, o problema de oferecer muita diversidade e muitas opções, comum em muitos restaurantes com essa proposta, se repete no Gael. O cardápio é tão extenso que é fácil se perder ou nem saber por onde começar. Além disso, no menu físico, a fonte escolhida para ilustrá-lo é apenas bonita e não ajuda no entendimento dos pratos. A carta de drinks e a descrição dos pratos se destacam pela falta de descrição das opções.

Com o valor alto, as entradas são o carro-chefe do local. Entre os pratos principais, o *Penne al limone* com lascas de salmão e o nhoque de mandioquinha com pesto, apesar da boa apresentação, deixa na boca um gostinho de que falta algo. Já os Panini, famosos sanduíches italianos, surpreendem no sabor e na execução. Mesmo simples, as opções são criativas e inovadoras, tem um preço justo e tamanho satisfatório.

Contrariando o resto do cardápio, o Gael oferece poucas opções de sobremesas. Com muitos doces na Padoca, as sobremesas do restaurante são básicas, que buscam agradar a todos os gostos, e são saborosas.

No final, o que fica é aquele ditado popular “não tente abraçar o mundo com as pernas”. Tentando abraçar culinárias de todo o mundo e com uma quantidade avassaladora de pratos, o Gael não atende às expectativas que propõe. Com tantas informações, é difícil classificar o tipo de comida que o Gael Cozinha Mestiça trabalha. Com o atendimento e hospitalidade satisfatórios, a experiência de conhecer esse jardim de casa de vó no meio de São Paulo é diferente e aconchegante.

Mesmo assim, o local se coloca no mapa como uma boa opção para grandes grupos e encontros românticos em que as partes não se conheçam bem, afinal, algo no cardápio irá te agradar.

O “Gael-Cozinha Mestiça” foi inaugurado em 2019 e faz sucesso na cidade



© Divulgação

© Clara Maia



Corredor da entrada do Gael que leva aos principais salões da casa, ao bar e a cozinha. Ao lado, a parte da Padoca ocupa o espaço

O paradoxo da procrastinação produtiva

Por Camila Aroulho Bucoff

EU TENHO MANIA DE ESTUDAR FORA DE CASA, porque como não consigo resistir ao conforto do meu quarto. Sempre acabo me rendendo ao ócio. Então, só o fato de estar longe da minha cama faz toda a diferença nesse momento. Esses dias, enquanto lia sobre a “Mudança estrutural da esfera pública”, de Jürgen Habermas, uma leitura bem trabalhosa por sinal, escutava a conversa dos meus amigos sobre procrastinação na mesa ao lado. Minha amiga Heloíse, que tinha problemas maiores de autocontrole que os meus, contou recorrer ao uso de um aplicativo para não se distrair durante os estudos. Enquanto ela mantém o aparelho desligado, uma plantinha vai crescendo e isso a motiva a permanecer focada.

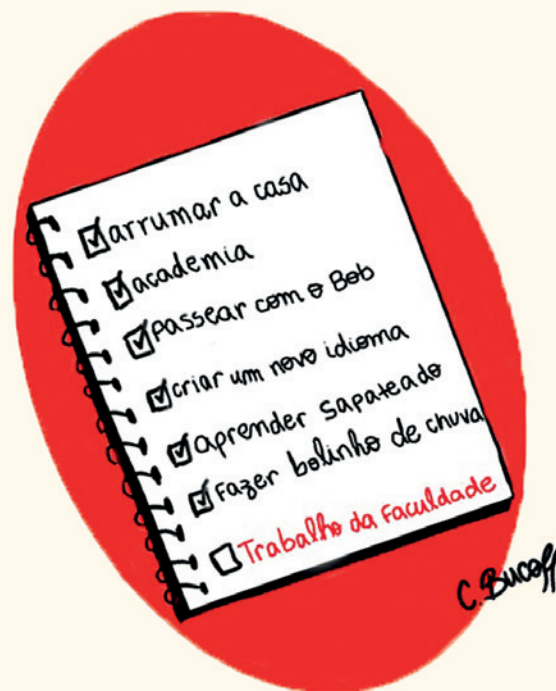
Já um menino que eu ainda não conhecia confessou criar competições dentro da própria cabeça para aumentar sua eficiência acadêmica. Basicamente, ele escolhe alguém que está estudando no mesmo ambiente e define uma meta, como “quem ler por mais tempo ganha” ou “quem for ao banheiro primeiro perde”. É óbvio que a outra pessoa nunca fica sabendo se perdeu ou ganhou. Muito menos que estava participando de uma disputa, mas pelo menos, o garoto é estimulado a se dedicar naquilo que estava fazendo. Enfim, cada um com as suas estratégias.

Conforme o assunto foi se desenvolvendo, não pude deixar de prestar atenção no conceito de “procrastinação produtiva” que foi introduzido pela Helô:

— Gente, tô com tanta coisa chata pra fazer... já tô vendo que minha casa vai estar um brinco amanhã.

Não se enganem, a ideia de produtividade aqui não possui efeito amenizador ao ato de procrastinar, mas sim, a meu ver, ela o potencializa ainda mais. A ideia de procrastinação normal gira em torno da decisão de se adiar algo que precisa ser resolvido para fazer outras coisas menos importantes, e geralmente vem acompanhada dos sentimentos de culpa, impotência e frustração.

Seja consciente ou inconscientemente, a procrastinação gera efeitos negativos, pois, uma vez que a tarefa evitada precisa ser feita, haverá um momento em que não será mais possível ignorá-la. Por exemplo, um trabalho da faculdade, por



mais cansativo e elaborado que seja, terá de ser feito eventualmente. Nesse sentido, é comum que a pessoa se sinta mal ao deixá-lo de lado por outras atividades mais prazerosas: ela sabe que um arrependimento está por vir.

Porém, quando as distrações utilizadas são de fato produtivas, um novo tipo de procrastinação é atingido. Ao invés de se não fazer o trabalho e ficar o dia todo no celular ou assistindo série na televisão, o procrastinador produtivo arruma a casa, lava o banheiro, estende a roupa, paga as contas, passeia com o cachorro, liga para a mãe, vai para a academia, assa um bolo, e assim por diante. Até me cansei de tantas coisas.

O sentimento que prevalece no final do dia é de satisfação, porque a sensação de se fazer coisas úteis é evidentemente boa. Entretanto, não devemos nos esquecer da situação inicial que alavancou tudo isso, a qual se mantém pendente. Dessa forma, você vai se enganando com pequenas conquistas até chegar a data limite, onde as consequências não de ser enfrentadas no último minuto possível, e é justamente isso que torna a procrastinação produtiva perigosa.

Pensando bem, talvez isso não seja um problema tão grande assim... afinal todos os verdadeiros procrastinadores já estão acostumados a trabalhar sob pressão. Eu mesma já virei algumas noites terminando trabalhos que tinham prazo de um mês e eu tive que me virar em um dia. O ideal seria tratarmos as tarefas mais importantes como prioridade, mas sabemos que são poucos os que têm esse poder e, na prática, infelizmente nos rendemos a todo tipo de procrastinação. Um pouco tóxico? Com certeza. Mas veja só, duas horas depois do início da minha leitura nem cheguei no final no primeiro capítulo, mas consegui escrever essa crônica inteira. Então, acho que já tô liberada para ir pra casa. Ainda bem que minha aula é só semana que vem.

Lista de todas as coisas

Por Giuliana Barrios Zanin

Eu preciso fazer **listas**.

Minha vida só funciona com **listas**.

Quanto mais tópicos,
mais cores
mais organização,
mais possibilidades,
mais desorganização,
mais tudo o que eu preciso em itens enumerados.

Eu sei, parece contraditório, mas nem tudo precisa ser tão bem explicado. Ao mesmo tempo em que elas me *ajudam*, elas me *bagunçam*.

Mas vamos continuar. Eu preciso delas de qualquer forma.

Espalho-as por todos os pequenos pedaços de papel que encontro pela casa, para que estejam sempre à minha vista.

Mas, antes que eu diga algo, posso te fazer uma pergunta? (Vou entender que sim)

Quantas coisas maravilhosas você já anotou em algum lugar?

Sim, eu comecei a escrever mais uma lista infinita de post-its pela casa para lembrar de não me esquecer que existem coisas maravilhosas.

Fui das mais clichês às mais... não sei ao certo como definir.

Por quê? Nem eu sei, mas me parece que quando a gente para e pensa em coisas que fazem sentido e as unimos uma embaixo da outra, numa fileira de itens que só você entenderá a conexão entre “banho de chuva” e a “cor verde”, a gente dá tempo para o corpo falar antes que o coração pare.

Quantas vezes nessa semana você **parou**, ficou em **silêncio** e **ouviu** todos os sons e barulhos *dentro e fora* de você? E não que eu tenha cumprido esse item na minha lista de “coisas para fazer quando se está em modo automático”, mas é que, quando eu escrevo, tenho milhares de respostas em milhares de listas aleatórias que eu sei que um dia precisarei e, se um dia eu precisar, basta acessá-las.

Eu comecei a fazer listas quando eu tinha apenas sete anos. Foi quando a minha mãe quis desistir de tudo. Eu não entendi nada. Como tomar sorvete de chocolate não a alegrava mais nos dias quentes? Nem as piadas da Dona Hermínia faziam ela rir. Então foi se afastando e eu poderia nem ter percebido a sua distância, mas eu era uma criança que sabia demais, apesar de ser quieta. Eu sentia que a minha mãe não estava mais lá e que a casa, que antes era barulhenta com o seu tom de voz alto entoado: “vai tomar banho”, “já está pronta para a escola?”, agora vivia o silêncio mais gritante de toda a minha vida.

Eu comecei a conversar com uma mulher bem mais velha que eu e ela pediu para eu listar em uma folha de papel amarelo coisas que apareciam na minha mente naquele momento.

Eu só conseguia pensar em coisas que me deixavam feliz para ver se a minha mãe também ficava.

1. assistir *Charlie e Lola*
2. comer pipoca até ficar bem cheia
3. dormir depois da escola
4. ir com o vovô e a vovó ao mercado
5. fazer carinho nos cachorros da vizinha
6. tomar sorvete de doce de leite do seu José

Mas ela não gostou. Ela não olhava para mim.

E nem para a lista.

Mas eu continuei. Aos 18, eu me mudei para a capital para fazer um curso de teatro.

Meu peito apertava a cada alegria que eu colecionava, então, comecei a escrever um livro com uma **lista de todas as coisas** que eu estava vivendo para que ela pudesse saber como eu estava.

Minha mãe não conseguiu ler as dez mil, novecentas e noventa e uma **coisas** que eu quis contar a ela nesses anos que passei fora.

(TEMPO)

Eu fiquei alguns anos sem olhar para as **listas**, sem querer olhar para qualquer uma que aparecesse na minha frente. Mas parece que quando eu deixei de fazê-las, eu parei de lembrar das coisas que eu vivia.

Por isso eu repito,
a minha vida só funciona com **listas**.

Mas eu nunca finalizei uma nesses dezessete anos.

Finalizar seria dizer que acabou, que não tem mais o que acrescentar. E eu *morro de medo* de não ter mais o que escrever, de não ter mais tempo.

Listas não têm fim. Ou têm?

O que importa é que os armários do meu escritório estão abarrotados de papéis colantes.

Já até me sugeriram fazer uma limpa, descartar alguns que, já empoeirados, perderam-se nas milhares de pilhas que eu preenchia cada vez que ia à papelaria. Eu não consegui. Não vi sentido em jogar fora algo que fazia parte de mim.

Eu voltei a falar com uma mulher, desta vez, não tão mais velha. Ela me questionou o porquê de eu não conseguir viver sem enumerar a minha vida. Aquela pergunta me pesou tanto quanto naquele tempo em que eu decidi começar a escrever em um papel coisas para fazer, não apenas para a minha mãe ver sentido em viver, mas eu também.

Eu entendi, então, que nesses últimos anos eu não escrevia para a minha mãe, mas para mim. Todas as listas, desde as mais objetivas às mais subjetivas, eram uma forma de eu tentar enxergar o mundo afora com mais motivos para rir do que chorar. Se não fossem elas, talvez eu nem estaria mais aqui.

Mas nada disso teria acontecido se eu não estivesse sentada naquela cadeira 31 na fileira B do teatro Tucarena. Não, essa história não é minha. Mas sim, ela se tornou minha a partir daquela sexta-feira despretensiosa quando eu presenciei a beleza e a arte de Kiko Mascarenhas em transbordar o que a gente sente apenas com as palavras, na peça “*Todas as coisas maravilhosas*”.

LISTA DE TODAS AS COISAS

- 10.982. comprar pão
- 10.983. varrer a casa
- 10.984. viajar para a Itália e tomar sorvete de doce de leite
- 10.985. ter um cachorro chamado Paçoca
- 10.986. aprender a cuidar de plantas
- 10.987. dançar na chuva
- 10.988. assistir “Marley & eu”
- 10.989. luz amarela
- 10.990. ler um livro por mês
- 10.991. bolo de chocolate com canela

Vozes

Por Nicole Domingos

ÀS VEZES ME PERGUNTO como começarei a ser uma jornalista de verdade. Sim, “como”, não “quando”. Porque sempre acreditei que fosse uma questão de perspectiva e não de tempo.

Um verdadeiro jornalista escreve sobre política, economia e esportes.

A jornalista que eu sou?

Consegue escrever sobre tudo isso, mas não de verdade. As coisas que disserto costumam rodar entre as vozes das nossas cabeças – sim, “nossas” porque tenho certeza que a solidão que habita a minha dúvida tem uma irmã que também habita as suas, e sei que não são as mesmas, já que eu ando acompanhada o dia todo.

Continuando... Vozes da cabeça. Sei que parto desse princípio, já que nunca que só eu conseguiria pensar nas milhares de coisas que penso todos os dias, quando vejo alguém sendo algo de verdade.

Sempre imagino que quando leem o que escrevo, as pessoas esperam um pouco de amor, sentimentalismo e um toque de loucura, aquela suave, não a que assusta.

- O que faria de você uma jornalista?
- Com certeza parar de te escutar.

Sempre que foco no som de uma delas começo a escrever com coisas a mais do que apenas meus dedos. Meu simples coração consegue ter mais poder do que minha cabeça, e olha que tenho um cérebro dentro dela.

- Que tipo de jornalista é esse que escreve com o coração?
- Eu que te pergunto. O tempo não vai mudar, os políticos não melhorarão e os números de quem passa fome todos os dias não vão cair. Quem encoraja um simples músculo a escrever o que sente se nada dessas coisas vão mudar?

O meu humilde coração sofre todos os dias querendo escrever e não conseguindo. O que o impede?

Alerta spoiler!

Não são as vozes, acho até que elas ajudam de muitas formas, são as que acreditam que pode existir uma jornalista como eu.

É aquilo, alguém tem que acreditar.

Todos os dias elas me fazem questionar que tipo de profissional eu quero ser, e nenhuma consegue me dar uma resposta.

Pode chamar do que desejar, fantasias, intuições ou, como eu, vozes. Mas o que realmente importa é que são tantas coisas, confusão, tristeza, empatia, ansiedade e tudo mais, o que todas têm em comum? Eu.

Eu sou a liga de milhares de peças que, unidas, formam o que sinto e apenas uma coisa que acho que posso ser.

Quer dizer, sei que nos meus padrões jornalísticos posso ser o que eu quiser na área em que eu escolher ficar, ou como as más vozes falam, naquela que me aceitar.

- E o que você não sabe?
- Todo o resto, já que esse é o trabalho de vocês e ninguém me diz nada.
- Aí que tá o problema. Nós te dizemos tudo que precisa, mas você só escuta aquelas que nunca deveriam ter passado de sussurros.

Mas sejamos sinceros, ninguém aqui tem certeza de como é ser alguma coisa de verdade. Um médico não é um médico se só tiver seu bisturi, ele tem que saber cortar.

Um verdadeiro jornalista não é só aquele que escreve sobre o que o mundo já sabe ou sobre o que eles precisam saber. A jornalista que pretendo ser escreve o que muitas pessoas não conseguem, sobre o que sentem, sobre o que acham que sentem e surpreendentemente consigo elaborar sobre todos os pontos que foram citados lá no começo.

- Política, economia e esportes
- Obrigada, não lembrava.

E tudo isso sem perder a maneira como escrevo.

Não sei muito sobre esportes, mas sei que cada um joga para chegar às oitavas, às quartas, às semifinais e às finais, isso tudo para saber onde realmente podem chegar.

Bom, depois de admitir a vocês leitores que não sei se sou uma jornalista de verdade, vou me retirando. Deixo aqui um pouco do que eu converso com minhas vozes, que parando para pensar não me fazem tão solitária como eu achei, já que aqui mesmo mostrei ser milhares em uma só.

Amando todas as minhas palavras ditas e escritas, aqui me despeço.